

Relatório de Gestão

2021



Fortaleza
PREFEITURA

Finanças

Corpo Diretivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA

JOSÉ SARTO NOGUEIRA MOREIRA
Prefeito de Fortaleza

JOSÉ ÉLCIO BATISTA
Vice-Prefeito de Fortaleza

SECRETARIA MUNICIPAL DAS FINANÇAS

FLÁVIA ROBERTA BRUNO TEIXEIRA
Secretária Municipal das Finanças

JOSÉ RAIMUNDO DE MORAIS VILAR
Secretário Executivo das Finanças

**FERNANDO ANTÔNIO SIDRIÃO ARRAIS
DE ALENCAR**
Presidente do Contencioso Administrativo Tributário

LUCIVANDA SERPA GOMES
Coordenadora da Assessoria Jurídica

FERNANDO JOSÉ DA SILVEIRA MARINHO
Coordenador da Assessoria de Governança

FELIPE PONTES EUGÊNIO
Assessor de Comunicação

FRANCISCO ASSUNÇÃO E SILVA
Coordenador da Assessoria Especial

JOSÉ FLÁVIO FELIX BERNARDES
Coordenador da Assessoria de Inteligência

DANIELA DE MOURA VASCONCELOS
Coordenadora de Administração Tributária

PAULO LUIS MARTINS LIMA
Coordenador de Administração Tributária

JOSÉ ÍTALO BANDEIRA GOMES
Coordenador do Tesouro Municipal

ADRIANA ISLAIA CARNEIRO LEAL
Coordenadora de Planejamento

JORGE ALBERTO CAVALCANTI ALCOFORADO
Coordenador de Gestão de Tecnologia
da Informação

ISABELLA FAHEINA CHAVES DE OLIVEIRA
Coordenadora Administrativo Financeiro

EXPEDIENTE

**Célula de Desenvolvimento Institucional/
Coordenadoria de Planejamento**

Assessoria de Comunicação

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
Secretaria Municipal das Finanças de Fortaleza	4
Gestão Estratégica	5
Mapa Estratégico	5
Objetivos Estratégicos	6
Indicadores Estratégicos e Táticos	7
Projetos Estratégicos	8
Síntese dos Resultados do Plano Estratégico	9
Principais Destaques de 2021	9
A SEFIN NO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA	11
SEFIN EM NÚMEROS	14
Indicadores Fiscais	14
Análise da Receita	16
Análise da Despesa	18
DESEMPENHO DA GESTÃO - DESTAQUES	20
Administração Tributária	20
Atendimento ao Contribuinte Cidadão	30
Gestão dos Processos Administrativos Tributários	32
Gestão Financeira	34
Transparência Sefin	40
Valorização e Desenvolvimento de Pessoas	43
Programa de Educação Fiscal	45
Iniciativas Complementares	49
Orçamento 2021 - Grandes Números	55
INICIATIVAS PARA 2022	56

Apresentação

Secretaria Municipal das Finanças de Fortaleza

A Secretaria Municipal das Finanças (Sefin) tem como finalidade planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades financeiras do Município de Fortaleza, por meio da Política Fiscal nas suas vertentes tributária e orçamentária (Decreto nº13.810, de 13/05/2016). Sua missão é captar receita pública com Justiça Fiscal e gerir os recursos financeiros com eficiência, para o desenvolvimento sustentável do Município de Fortaleza. Tal missão é refletida em uma gestão fiscal de excelência, alicerçada em quatro pilares: aumento da arrecadação própria, racionalização do gasto corrente, elevação do investimento e controle do endividamento.

A dedicação dos colaboradores da instituição, juntamente com a atuação do Governo Municipal e seus parceiros, vem garantido ações que permitiram em 2021 o equilíbrio fiscal das contas públicas e o atendimento aos dispositivos legais que disciplinam o gasto público.

Apesar do cenário macroeconômico e da crise sanitária que impactou o mundo e que vêm potencializando as demandas e necessidades sociais, o Município obteve resultados positivos no último exercício. O resultado da gestão orçamentária e fiscal demonstra que, mesmo diante de dificuldades, Fortaleza deu prosseguimento às suas políticas, sem que isso afetasse o resultado fiscal, cujos indicadores demonstrados neste relatório continuam evidenciando rigores de solvência e liquidez apropriados. As ações realizadas pela Sefin em 2021 refletiram positivamente nos indicadores de arrecadação do Município.

Em 2021, foi dado início um novo ciclo de gestão. Desta vez mais voltada para a simplificação, foco, inovação, objetivos chaves, engajamento das pessoas e resultados voltados para as áreas de negócio da Instituição. A Sefin abraça novos desafios tendo como base iniciativas voltadas para a inovação da Administração Tributária e Financeira do Município, priorizando a eficiência dos processos, projetos e iniciativas que dão suporte e apoio as áreas de negócio da Secretaria e aos demais Órgãos do Governo Municipal.

Sua atuação seguirá no foco e alcance de seus principais objetivos, na busca permanente de uma gestão fiscal eficiente, aproximando a arrecadação efetiva de seu potencial, aprimorando a qualidade do atendimento ao contribuinte, promovendo a transparência e a ética, a partir da valorização das pessoas e no desenvolvimento de suas competências para alcançar resultados com valor para todos.

O Relatório de Gestão de 2021 tem como finalidade não apenas detalhar os resultados e conquistas alcançadas no último ano, mas também mostrar o potencial de todos que fazem a Sefin e de todo o trabalho desempenhado para tornar Fortaleza um lugar melhor para se viver.

Gestão Estratégica

O Planejamento Estratégico norteia as ações, programas e projetos, bem como suas prioridades buscando alcançar resultados efetivos para a eficácia na aplicação de recursos monitorando ações e objetivando a excelência da gestão fiscal. A seguir, apresentam-se os elementos estratégicos que norteiam a atuação da Sefin.

Mapa Estratégico

NEGÓCIO

Captação e gestão eficientes dos recursos financeiros com responsabilidade fiscal.

VISÃO

Ser referência de gestão fiscal, priorizando o incremento real da arrecadação e o equilíbrio dos gastos públicos, por meio da valorização profissional e da gestão de inovação, prezando pela qualidade do atendimento.

MISSÃO

Captar Receita Pública com justiça fiscal e gerir os Recursos Financeiros, com eficiência, para o Desenvolvimento Sustentável do Município de Fortaleza.

VALORES

Ética e Transparência

Valorização de Pessoas

Justiça Fiscal

Cidadania Fiscal

Responsabilização

PROPÓSITO

Toda ação da Sefin é para tornar Fortaleza um lugar melhor para se viver.

1 Buscar uma gestão fiscal eficiente

2 Aproximar a arrecadação efetiva do seu potencial

3 Aprimorar a qualidade do atendimento ao contribuinte

4 Promover a transparência, a ética e a participação em defesa do interesse público

5 Valorizar pessoas, desenvolvendo competências e fortalecendo a gestão remuneratória por resultados



Objetivos Estratégicos

1 BUSCAR UMA GESTÃO FISCAL EFICIENTE

Buscar o equilíbrio fiscal maximizando a arrecadação, o controle dos gastos correntes para a geração de poupança pública, a elevação dos investimentos, a captação de recursos e o controle do endividamento, a fim de garantir uma gestão inovadora e transformadora na construção de uma cidade justa e menos desigual.

2 APROXIMAR A ARRECADAÇÃO EFETIVA DO SEU POTENCIAL

Desenvolver políticas e ações tributárias com justiça fiscal, por meio da inteligência fiscal, ampliando o combate aos ilícitos tributários no intuito de perseguir o potencial de arrecadação dos tributos municipais.

3 APRIMORAR A QUALIDADE DO ATENDIMENTO AO CONTRIBUINTE

Garantir aos contribuintes um atendimento eficiente e célere, com justiça fiscal, por meio do aperfeiçoamento das relações com o cidadão e da ampliação dos canais e dos serviços virtuais, acolhendo e solucionando as demandas com prontidão, cortesia, transparência e ética.

4 PROMOVER A TRANSPARÊNCIA, A ÉTICA E A PARTICIPAÇÃO EM DEFESA DO INTERESSE PÚBLICO

Promover mecanismos de integridade e de transparência em relação às ações praticadas pela Sefin, de forma a garantir o controle social por meio da disponibilização à sociedade de informações claras, completas, tempestivas e de fácil acesso, necessárias ao acompanhamento das contas públicas.

5 VALORIZAR PESSOAS, DESENVOLVENDO COMPETÊNCIAS E FORTALECENDO A GESTÃO REMUNERATÓRIA POR RESULTADOS

Desenvolver a gestão de pessoas por competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) com foco no engajamento, no comprometimento e no reconhecimento, assegurando as condições remuneratórias compatíveis com o alcance dos resultados organizacionais, a valorização do potencial humano, o treinamento e o desenvolvimento contínuos, a integração e o trabalho em equipe.

Indicadores Estratégicos e Táticos

INDICADORES ESTRATÉGICOS



Taxa de Evolução da Receita Corrente Líquida



Índice de Realização da Receita Potencial dos Tributos Municipais



Índice de Satisfação do Cidadão Contribuinte



Índice de Maturidade dos Princípios Éticos da Sefin



Índice de Transparência da Sefin



Índice da Capacidade de Pagamento (CAPAG)



Índice de Reconhecimento e Valorização do Corpo Funcional



Taxa de Evolução do Estoque dos Processos Administrativos Tributários

INDICADORES TÁTICOS



Poupança Corrente



Quantitativo de Novos Serviços Disponibilizados em Plataformas Virtuais



Taxa de Desempenho das Receitas Correntes Vinculadas



Índice Composto de Indicadores Fiscais (ICIF)



Índice de Julgamento de Admissibilidade do Conselho Pleno



Índice de Resolutividade das Demandas do Fale com a Sefin



Índice de Adimplência do IPTU



Índice de Servidores e Colaboradores Capacitados



Percentual de Ações de Reconhecimento Regulamentadas



Índice de Adimplência do ISSQN



Índice de Autonomia Financeira



Índice de Julgamento da 1ª Instância



Índice de Eficácia da Arrecadação de Impostos Municipais



Índice de Comprometimento do FIDAF com Custeio



Índice de Julgamento da 2ª Instância



Índice de Disponibilidade de Informações em Dados Abertos



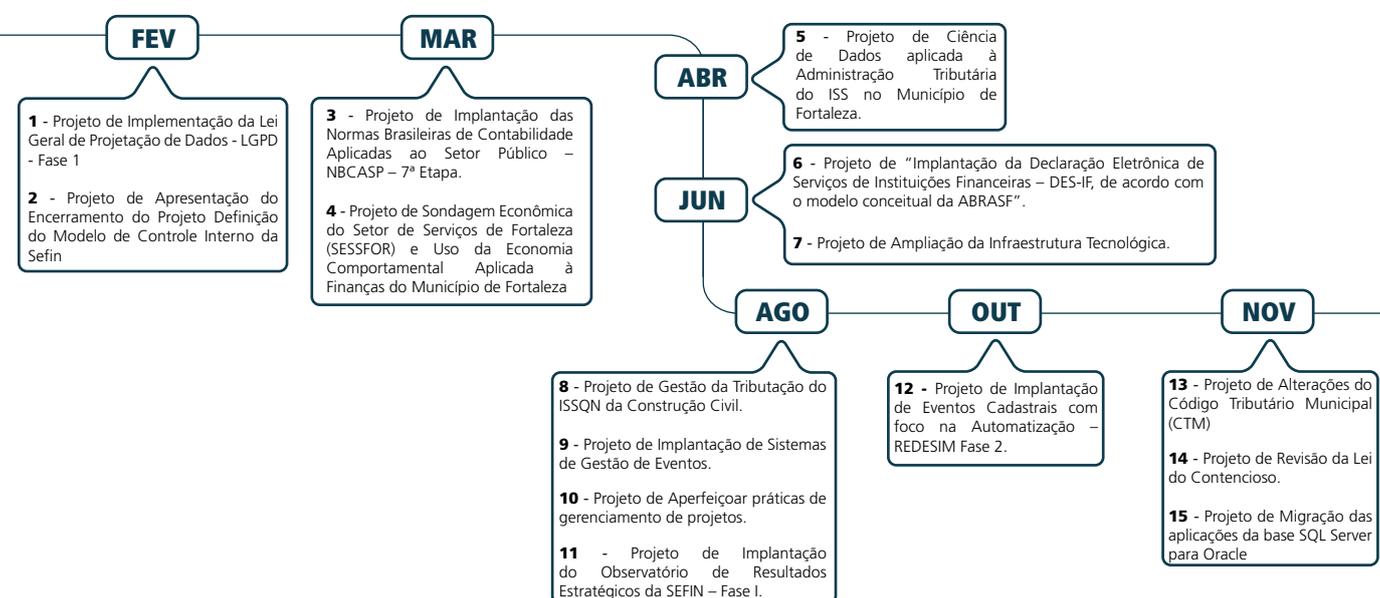
Índice de Desempenho da Receita Tributária Própria

Projetos Estratégicos

EM ANDAMENTO - 2021

CAT	Automação do Processo Administrativo Tributário (PAT)
CATRI	Recadastramento Imobiliário Georeferenciado e Geotecnologias
CATRI	Modernização das Certidões de Tributos
CATRI	Estruturação e Implantação da Gestão da Tributação do ISSQN da Construção Civil
CATRI	Modernização da Gestão da Fiscalização Tributária (GEFIT)
COTEM	Implantação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) - 8ª Etapa
COGETI	Sistema de Gestão de Aplicações (SGA)
COPLAN	Execução do Programa PNAFM III
COAFI	Implantação do Sistema de Gestão de Recursos Humanos da Sefin (SISGERH)
COAFI	Realizar Concurso Público na Sefin
COAFI	Solução Integrada para a Gestão Estratégica de Pessoas

FINALIZADOS

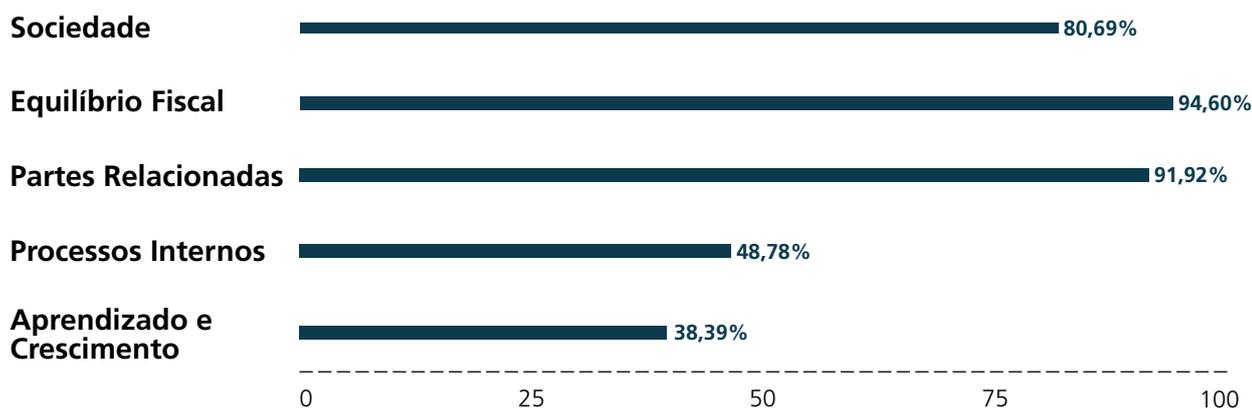


Fonte: COPLAN

Síntese dos Resultados do Plano Estratégico

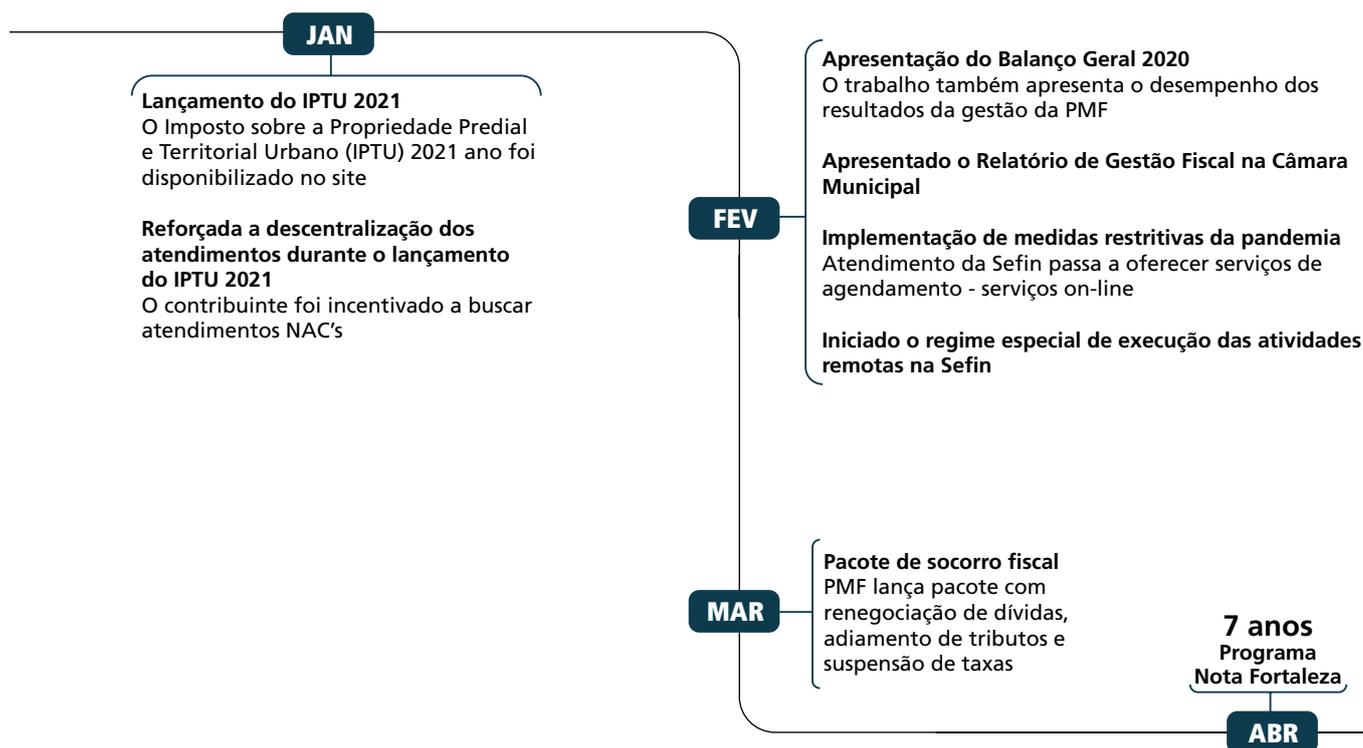
Os objetivos estratégicos dão sustentação a estratégia. Em 2021, cada um destes estavam articulados com base em cada perspectiva estratégica prevista, tais como, sociedade, equilíbrio fiscal, partes relacionadas, processos internos e aprendizagem e crescimento. Abaixo, apresentam-se os resultados obtidos em cada perspectiva estratégica no respectivo período.

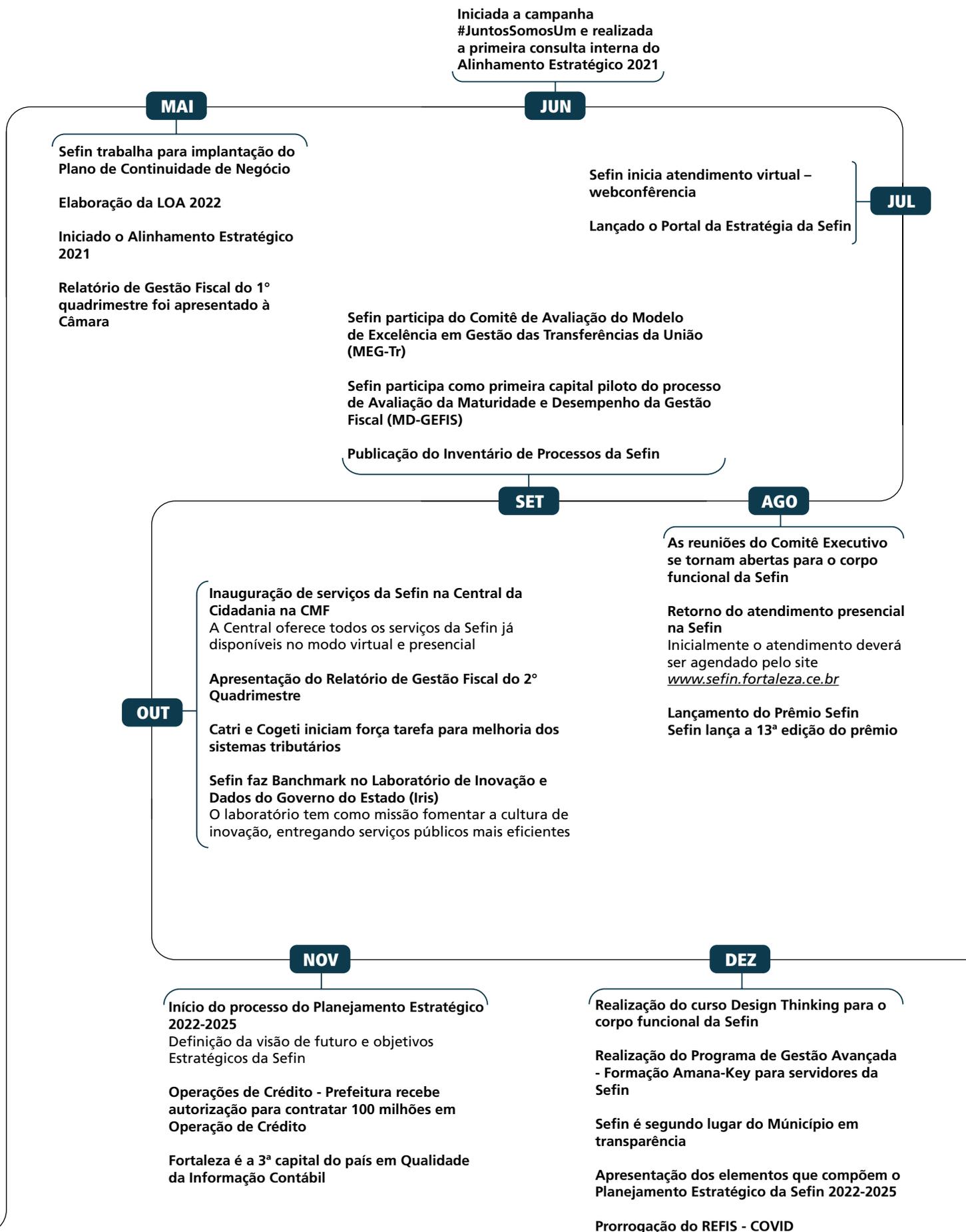
PERSPECTIVAS ESTRATÉGICAS



DESEMPENHO GERAL DA SECRETARIA: **73,13%**

Principais Destaques de 2021





A Sefin no Enfrentamento da Pandemia

Foram realizadas ações conjuntas com a Procuradoria Geral do Município (PGM), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), dentre outros Órgãos Municipais, proporcionando a concessão de créditos tributários, auxílios à população mais carente e aos segmentos de serviços mais afetados com os efeitos da pandemia, como também a destinação de recursos financeiros para proporcionar a realização das ações necessárias para garantir a situação econômica e social da população. Abaixo, algumas ações integradas com envolvimento da Sefin:

Criação de pacote de ações de proteção social destinado à população mais vulnerável da Capital como medida de enfrentamento à pandemia de Covid-19.

Foram investidos mais de **R\$31 milhões**, beneficiando pelo menos **392 mil pessoas**.

Entre as ações, destacam-se o auxílio emergencial para profissionais do setor da Cultura e o aumento do benefício do Cartão Missão Infância.

Início da distribuição de cestas básicas a taxistas, motoristas de apps, catadores e outros empreendedores.



Os efeitos da pandemia precisaram ser combatidos em todas as áreas. Por isso, a Prefeitura de Fortaleza com o apoio da Sefin, lançou o Pacote de Socorro Fiscal, com a oferta de descontos em débitos anteriores a 31/12/2020 tanto no pagamento à vista quanto parcelado e ainda prorrogação do prazo para pagamento de impostos em 2021.

Também isentou de pagamento de tarifas os ambulantes, bancas de revistas e quiosques pela ocupação de espaços públicos. Os benefícios disponibilizados foram:

Quitação ou parcelamento em condições especiais de dívidas (Refis)

Diferimento do ISS, com pagamento parcelado (moratória fiscal)

Prorrogação e suspensão de prazos para o cumprimento de obrigações tributárias

Isenção de pagamento de tarifas pela ocupação de espaços públicos por ambulantes, bancas de revistas, quiosques, etc.

Como parte das ações do Pacote de Socorro Fiscal foi lançado o Programa de recuperação de créditos tributários e não tributários (REFIS), que proporcionou regularização dos débitos de origens tributária e não tributária junto ao município de Fortaleza, pagando à vista ou parcelado, com descontos da atualização monetária e dos juros e multas de mora, nas condições estabelecidas na Lei nº 11.100, de 06 de abril de 2021, que

estabeleceu o Programa de Recuperação de créditos tributários e não tributários (Refis-Covid) e a Moratória Fiscal relativa ao ISSQN, em decorrência do estado de calamidade pública do Município de Fortaleza, provocado pela pandemia da Covid-19, voltados à retomada da economia local.

Realizada a migração total dos processos pertinentes ao Cadastro Imobiliário Municipal (CIM) para a plataforma virtual do e-SEFIN. Os atendimentos processuais, virtuais e telefônicos foram estruturados para viabilizar as atividades demandadas pelos contribuintes, através do Fale com a SEFIN, bem como, foram proporcionados atendimentos via e-mail (cadastroimobiliario@sefin.fortaleza.ce.gov.br), via telefone e aplicativos de mensagens.

Em consonância com o Decreto Municipal nº 14.930, de 17 de fevereiro de 2021, foram implementadas ações para atendimento virtual ao contribuinte no Contencioso Administrativo Tributário (CAT), por meio da criação de endereço eletrônico atendimento: cat@sefin.fortaleza.ce.gov.br, em 19 de fevereiro de 2021. Tal ação também teve como base a Resolução nº 01/2021 do Contencioso Administrativo Tributário, de 31 de março de 2021, publicada no DOM nº 17.015, de 09 de abril de 2021.

Ações administrativas de combate e prevenção à COVID

Realização do monitoramento de casos suspeitos e confirmados de servidores da Sefin

Estes dados passaram a orientar as ações efetivas como o afastamento de colaboradores doentes, o encaminhamento para exames de Covid-19, a realização de testes rápidos na própria Secretaria em parceria com Secretaria da Saúde do Município para a detecção da doença.

As notificações da situação dos setores sobre os casos de COVID-19, foram realizadas com periodicidade semanal, através do preenchimento de uma ficha enviada aos gerentes ou responsáveis, indicados para registrar a informação, onde é identificado o servidor/colaborador que está com COVID-19 ou se é um caso suspeito. Com base nesses dados, os casos foram acompanhados pela respectiva comissão.

A Sefin realizou mutirão interno de cadastramento para a vacinação contra a Covid-19, junto aos seus servidores e colaboradores, oferecendo suporte e orientação para esclarecimento de dúvidas referentes à efetivação do cadastro no Vacine Já. A iniciativa contou com o apoio de todas as equipes para que, o mais rápido possível, todos os servidores e colaboradores fossem cadastrados.

Medidas sanitárias adotadas contra a COVID-19:

Sinalização de assentos no atendimento;

Higienização periódica de superfícies de maior contato;

Adoção de escalas de trabalho remoto para setores compatíveis;

Marcação do distanciamento mínimo entre pessoas;

Distribuição de face shield para colaboradores;

Suspensão de eventos presenciais;

Verificação de temperatura corporal na entrada dos prédios;

Limitação do número de contribuintes em atendimento em espaços fechados e recepções;

Uso obrigatório de máscara de proteção;

Adoção de reuniões virtuais.

Disponibilização de álcool em gel em diversos pontos da secretaria;

Sefin em Números

Indicadores Fiscais

RESULTADO PRIMÁRIO

RECEITAS PRIMÁRIAS **-** **DESpesas PRIMÁRIAS** **RESULTADOS PRIMÁRIOS**

O Resultado Primário é definido como a diferença entre as receitas primárias, ou não financeiras, e as despesas primárias.

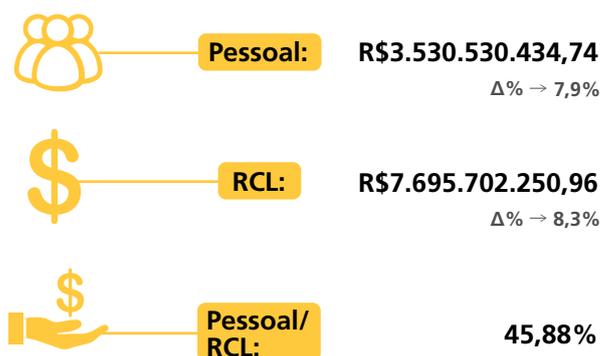
O resultado do exercício foi de R\$ 167,8 milhões, superando em 1.294,5% a meta estabelecida e representando um crescimento de 133,3% em relação ao resultado obtido em 2020.



DESPESA COM PESSOAL

O percentual de aplicação da Despesa com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL), cujos limites de alerta, prudencial e máximo são definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal em 48,6%, 51,3% e 54%, respectivamente, foi de 45,88%, abaixo de todos os limites estabelecidos, referente a uma despesa total com pessoal de R\$3,5 bilhões.

Observa-se que em relação à 2020, a despesa com pessoal teve um crescimento de 7,9%, enquanto a RCL esse crescimento de 8,3%, o que representa uma queda no indicador em relação ao ano anterior.

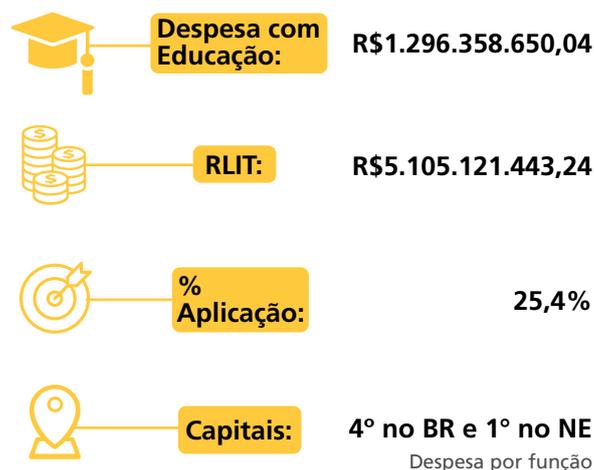


Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 2021

EDUCAÇÃO

As despesas com educação em 2021 somaram R\$1,3 bilhões, ante a uma Receita Líquida de Impostos e Transferência de R\$5,1 bilhões, o que representa um percentual de aplicação de 25,4%, cumprindo o mínimo legal exigido.

Em um comparativo com as capitais, Fortaleza é a 4ª do Brasil e a 1ª do Nordeste em despesa com educação.

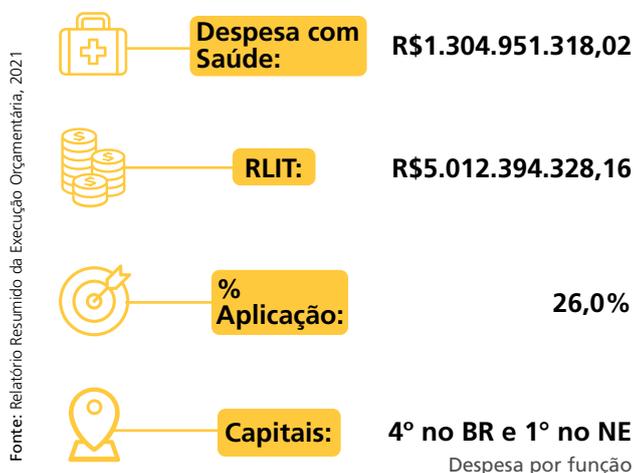


Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 2021

SAÚDE

Em relação as despesas com saúde, Fortaleza gastou quase **R\$1,3 bilhões**, ante a uma Receita Líquida de Impostos e Transferência de R\$5,0 bilhões, o que totalizando um percentual de aplicação de 26,0%. Este percentual é bem superior aos 15% mínimos exigidos pela Constituição Federal.

Em um comparativo com as capitais, Fortaleza é a 4ª do Brasil e a 1ª do Nordeste em despesa com saúde.



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

O percentual máximo de receitas de operações de crédito em relação à receita corrente líquida é de 16%. No ano de 2021, o município alcançou um percentual de **5,77%**, bem abaixo do máximo permitido.

Foi realizado um total de **R\$ 444,4 milhões**, sendo **91%** em operações de crédito externas e **9%** em operações de crédito internas.

 Receita de Operações de Crédito/RCL: **5,77%**
Máximo: 16%



■ Operação de Crédito Externa - R\$406.126.792,73 (91%)
■ Operação de Crédito Interna - R\$38.265.542,17 (9%)

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 2021

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA

Em 2021, a Dívida Consolidada Líquida (DCL) do município foi de R\$ 2,1 bilhões, corresponde a 27,41% da Receita Corrente Líquida (RCL).

Esse valor é bem inferior ao limite máximo estabelecido que é de 120%.

 DCL/RCL: **27,41%**
Máximo: 120%



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 2021

SERVIÇO DA DÍVIDA

A despesa com serviço da dívida, composto pelas despesas de Amortização e de Juros e Encargos, foi de **R\$262,2 milhões**, o que representa 3,41% da Receita Corrente Líquida (RCL), ante a um limite máximo de 11,5%.



Serviço da Dívida/RCL: **3,41%**

Máximo: 11,5%



Serviço da Dívida: **R\$7.697.802.250,96**

RCL: **R\$7.697.802.250,96**

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 2021

Análise da Receita

As receitas orçamentárias são divididas em receitas correntes e receitas de capital. Em 2021, as receitas correntes, que representam 88,5% da receita total, totalizaram quase R\$ 8 bilhões, com um crescimento de 8,4% em relação à 2020.

Destaque para os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, com uma receita de R\$ 2,3 bilhões e um crescimento de 19,1%. Já as receitas de capital somaram aproximadamente R\$495 milhões, influenciados principalmente pelas receitas de operações de crédito, que tiveram um crescimento de 16,4% e fecharam o ano em R\$444,4 milhões.

Assim, a receita orçamentária total em 2021 foi de R\$ 9,0 bilhões.

Receita Total: **R\$9.013.888.801,19**

$\Delta\% \rightarrow 8,4\%$

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária, 2021



ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA PRÓPRIA

Em relação à arrecadação própria, o ITBI foi o tributo que apresentou maior crescimento no período de 29,5%, mas devido a sua baixa participação no total da arrecadação própria, apenas 7%, pode-se dizer que os principais responsáveis pelo seu crescimento foram o IPTU e ISS, que tem uma participação de 22% e 39%, respectivamente, e apresentaram um crescimento de 14,1% e 17,5%.

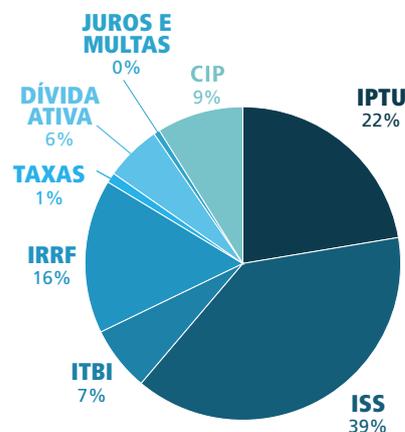
Entre os demais tributos, destaca-se o crescimento de 140,5% da Dívida Ativa, sobretudo em decorrência do Programa de Recuperação de Créditos Tributários e Não Tributários (Refis).

No comparativo com as capitais, Fortaleza tem a 2ª maior arrecadação do nordeste de ISS, IPTU e ITBI e a 7ª (ISS) e 8ª (IPTU e ITBI) maior do Brasil.

Em: R\$1.000,00

Arrecadação Própria	2020	2021	Diferença	Δ% 2021/2020
IPTU	496.503	566.653	70.150	14,1%
ISS	837.375	983.808	146.433	17,5%
ITBI	130.522	168.972	38.449	29,5%
IRRF	378.712	403.176	24.465	6,5%
Taxas	23.205	26.458	3.254	14,0%
Dívida Ativa	60.772	146.134	85.363	140,5%
Juros e Multas	14.119	15.943	1.825	12,9%
CIP	204.507	224.724	20.218	9,9%
Total	2.145.714	2.535.870	390.156	18,2%

Fonte: GRPFOR/FC



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

As transferências correntes tiveram um crescimento de 6,8% em relação à 2020 e encerram o ano em R\$ 5,4 bilhões. Destaque para o crescimento de 37% das transferências do Fundeb.

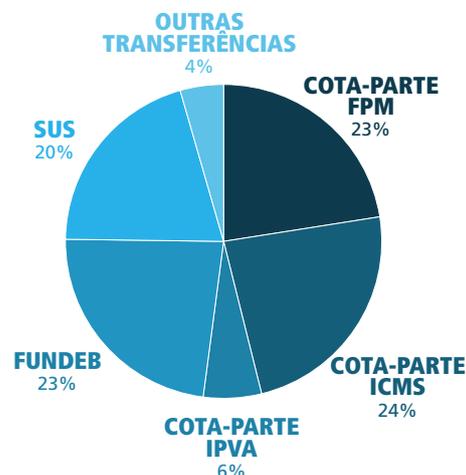
Outro ponto que merece destaque é a queda nas transferências do SUS por parte da União em 19,1%.

Houve um grande aumento nos repasses deste tipo em 2020 por conta da pandemia que não se repetiu em 2021, mesmo sendo um ano que teve um segunda onda de casos e óbitos bem mais expressivo que o ano anterior.

Em: R\$1.000,00

Transferências Correntes	2020	2021	Diferença	Δ% 2021/2020
Cota-Parte FPM	912.912	1.216.019	303.107	33,2%
Cota-Parte ICMS	1.051.107	1.277.931	226.823	21,6%
Cota-Parte IPVA	302.725	320.937	18.212	6,0%
FUNDEB	913.296	1.251.333	338.037	37,0%
SUS	1.359.342	1.100.347	-258.994	-19,1%
Outras Transferências	523.325	239.441	-283.884	-54,2%
Total	5.062.707	5.406.009	343.302	6,8%

Fonte: GRPFOR/FC



Autonomia Financeira: 31,08%

Análise da Despesa

As despesas orçamentárias cresceram em relação à 2020 apenas 1,9%, totalizando em 2021 R\$ 9,2 bilhões, sendo R\$ 8,1 bilhões em despesas correntes e R\$ 1,1 bilhões em despesas de capital.

A maior parte das despesas são com Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 4,4 bilhões, e Outras Despesas Correntes, R\$ 3,6 bilhões. Somadas elas representam quase 87% de toda a despesa.

Quando se compara as receitas e as despesas orçamentárias têm-se o resultado orçamentário que é a diferença entre elas.

Em 2021, houve déficit orçamentário de R\$ 193 milhões. Entretanto, quando se compara com o resultado do ano anterior houve um crescimento de 74,3%.

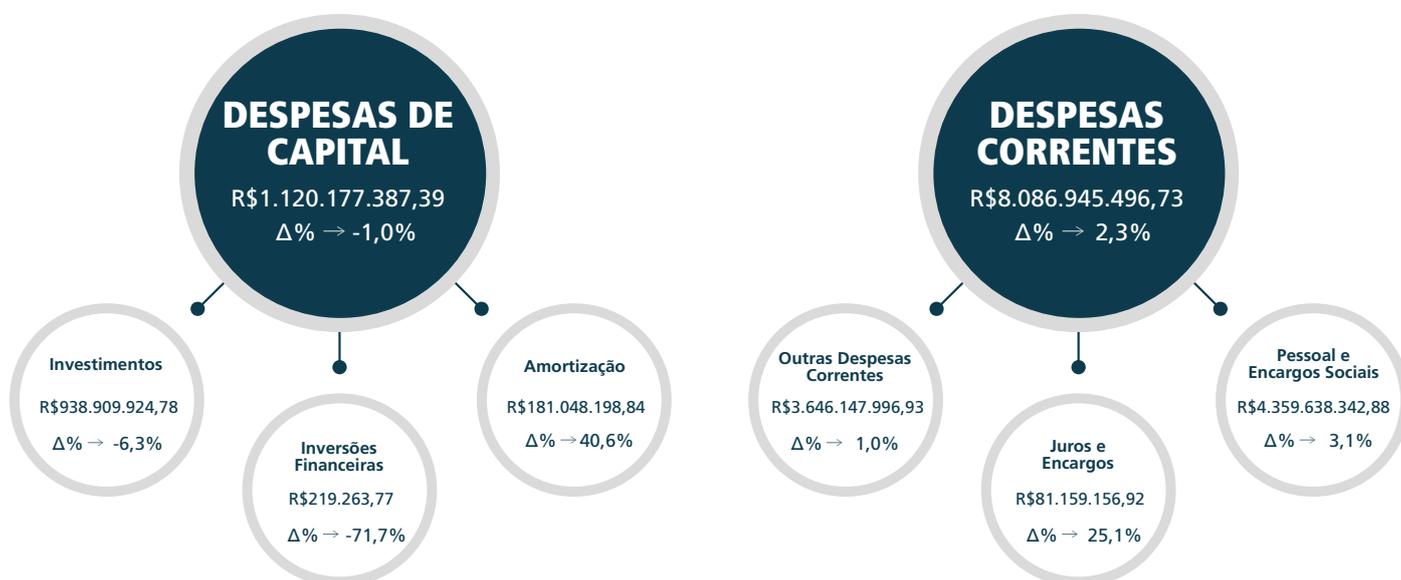
Ressalte-se que 2021 foi um ano de pandemia, com uma segunda de onda de casos/óbitos bem mais expressiva que o ano anterior, mas não houve o suporte em termos de transferências para cobrir as despesas adicionais com despesas relativas ao enfrentamento da Covid-19 como teve em 2020.

Ressalte-se também que quando se considera a despesa liquidada, houve superávit orçamentário na ordem de R\$ 304,9 milhões com um crescimento de 183,1% em relação à 2020.

Despesa Total Empenhada: **R\$9.207.122.884,12**
 $\Delta\% \rightarrow 1,9\%$

Resultado Orçamentário Empenhado:
- R\$193.234.082,93
 $\Delta\% \rightarrow 74,3\%$

Resultado Orçamentário Liquidado:
R\$304.902.353,91
 $\Delta\% \rightarrow 183,1\%$



INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2021 merecem destaque por serem o segundo maior investimento da história do município ficando atrás apenas do valor investido em 2020. Os R\$ 983,9 milhões investidos quando comparados com as capitais ficam atrás apenas do investido por São Paulo.

Quando se pondera o valor pela Receita Corrente Líquida (RCL), obtém-se que Fortaleza investiu 12,2% da sua RCL, sendo este o maior indicador entre as capitais.

Em relação à origem dos recursos, 42% foram através de Operações de Crédito, 38% com recursos do Tesouro Municipal e 20% das demais fontes.

R\$ **983.909.924,78** 
EM INVESTIMENTOS

12,2% EM 
INVESTIMENTO

2º MAIOR 
DA HISTÓRIA
DE FORTALEZA

MAIOR INDICADOR
ENTRE AS CAPITAIS
BRASILEIRAS 

2º ENTRE AS CAPITAIS
EM VALOR ABSOLUTO 

42% DE 
OPERAÇÕES
DE CRÉDITO

38% COM 
RECURSOS
DO TESOURO

20% 
DEMAIS FONTES

Desempenho da Gestão - Destaques

Administração Tributária

INOVAÇÕES NO LANÇAMENTO DO IPTU 2021

Teve o objetivo de proporcionar inovações no processo de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) 2021, trazendo formas de transformação digital para proporcionar o acesso às informações sobre o respectivo imposto e facilitar a realização do pagamento realizado pelos contribuintes.

Destaca-se que o imposto não sofreu nenhum reajuste tendo sido lançada apenas a correção do IPCA-e de 4,23%, como previsto em lei.

O IPTU 2021 alcançou aproximadamente 787 mil imóveis da Cidade, dos quais mais de 179 mil receberam benefícios, dentre isenções e imunidades.

Inovação para ajudar os contribuintes nas consultas do iptu 2021 no site da Sefin

A novidade foi a inserção da procura por meio do CPF/ CNPJ. O contribuinte teve uma opção a mais, além do acesso com o número de inscrição, o serviço proporcionou consultar por meio da data de nascimento, cpf ou cnpj.

Adaptação do modelo do DAM IPTU 2021, com linguagem acessível e com mais clareza nas informações, além da inserção de códigos de barras e qr-code.

O contribuinte ao acessá-lo, por meio da câmera do celular, pôde ter informações sobre a sua situação fiscal e histórico de informações na sefin.

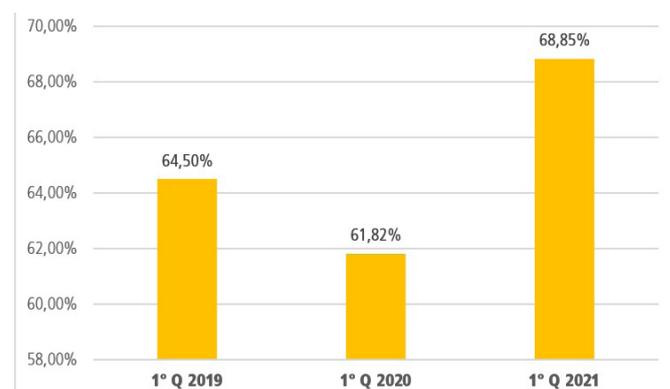
A ação teve como intuito trazer mais agilidade e comodidade ao cidadão contribuinte.

REESTRUTURAÇÃO DO CRONOGRAMA DE ENTREGA DOS BOLETOS DE ARRECAÇÃO MUNICIPAL

O cronograma para envio dos boletos pelos correios foi reestruturado e redefinido para ser emitido com 12 dias úteis antes do vencimento.

Esta iniciativa colaborou com o resultado de crescimento da arrecadação em 2021, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico – Demonstrativo da arrecadação do 1º Quadrimestre do ano em relação ao total arrecadado ano anterior



Fonte: Elaboração própria / Coordenadoria de Administração Tributária

ESTRUTURAÇÃO DOS PROCESSOS PARA LANÇAMENTO DO IPTU 2021

Para iniciar os trabalhos foram realizados os estudos dos processos do IPTU, levantados os problemas e a identificação de ações, assim como as causas referentes aos problemas em estudo e intercorrências vivenciadas a cada pós-lançamento do IPTU.

IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES PARA APRIMORAR A GESTÃO DO ISSQN

Potencializadas as ações que envolveram os procedimentos fiscais de acompanhamento do Devedor Contumaz, também realizadas diligências junto as empresas com divergências nos valores declarados de deduções e não incidência, assim como em empresas com alto índice de cancelamento de notas fiscais, bem como inscritas no Simples Nacional.

ANÁLISES DE PEDIDOS DE CONSULTAS À LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Realizadas análises de consultas à pedidos de imunidade, isenção, restituição, compensação tributária, de não incidência de ITBI, de decisões judiciais com vistas ao seu cumprimento, de controle e guarda dos processos físicos e virtuais, gerenciamento dos benefícios fiscais concedidos, dentre outros.

Além disso, foram realizados atendimentos referentes aos acompanhamentos dos cumprimentos de decisões judiciais de ordem tributária e a elaboração e execução do plano de ação para aprimoramento da gestão dos processos de benefícios fiscais.

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA (GEFIT)

Tem como objetivo aperfeiçoar a gestão dos processos de fiscalização da área de tributos, por meio do desenvolvimento de um sistema informatizado, integrado ao sistema Gestão de Recursos e Planejamento de Fortaleza (GRPFOR).

Em 2021, os trabalhos para o desenvolvimento do sistema ocorreram em plena execução, a previsão de entrega do sistema está prevista para 2022. Além de substituir as funcionalidades do Sistema Integrado Municipal de Arrecadação e Tributação (SIMAT), a nova ferramenta atenderá plenamente à Legislação Tributária Municipal e promoverá a modernização, a segurança, a eficiência e a efetividade à gestão da Fiscalização Tributária de Fortaleza.

O produto final do projeto é o Sistema de Fiscalização, que automatizará os procedimentos fiscais previstos no Código Tributário do Município.

No último ano, foram trabalhados os módulos referentes à Pauta Fiscal que objetiva controlar o planejamento dos procedimentos fiscais, permitindo aferição do grau de efetividade da fiscalização sobre o planejamento levantado e Ação Fiscal, que dispõe da operacionalização da fiscalização, desde a designação da Ordem da Serviço (OS) até seu encerramento e inclui a padronização dos procedimentos, documentos e prazos a serem utilizados pelo auditor fiscal.

ENCERRAMENTO DO PROJETO REDESIM II

O projeto objetivou a operacionalização dos eventos de alteração cadastral de todos os tipos de empreendimentos enviados pelo Integrador Estadual, originários do Portal do Empreendedor (MEI), da Junta Comercial, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e dos cartórios, com foco na automatização dos processos que envolve a REDESIM.

A partir do projeto foram realizadas as seguintes entregas:

Processamento automático de todos os arquivos de inscrição municipal e dos principais eventos de alteração cadastral.

Implantação das restrições cadastrais de Pessoa Física e Pessoa Jurídica.

Os resultados alcançados com o projeto foram:

Monitoramento proativo da operação Redesim

Redução significativa do índice de empresas não localizadas

Incremento importante na quantidade de arquivos oriundos da Redesim

Agilidade e facilitação na identificação de pendências cadastrais com a restrições das PF e PJ

Melhoria importante do tempo médio de abertura de inscrições e de alteração cadastral

64.373 
PEDIDOS DE
INSCRIÇÃO

50.450 
ALTERAÇÕES

17.430 
PEDIDOS DE
BAIXA

EXECUÇÃO DO PROJETO DE GESTÃO DA TRIBUTAÇÃO DO ISSQN DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Em 2021 foi iniciado a execução da fase II do projeto de gestão da tributação do ISSQN da Construção Civil, que tem como finalidade permitir uma gestão mais eficiente na tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre os serviços de construção civil.

Módulo do Cadastro de Obras de Construção Civil (COC), previsto nos artigos 330 a 332 do Regulamento do CTM, que contribuirá para o negócio da SEFIN, da SEUMA, da SEINFRA, das SER's e da AGEFIS.

IMPACTOS DO PROJETO

Maior eficácia na arrecadação do imposto pago pelo setor e pelos responsáveis tributários (tomadores de serviços de construção civil), por meio do desenvolvimento, implementação e utilização de ferramentas de tecnologia da informação, já previstas na legislação tributária municipal (CTM e Regulamento)

Melhoria dos processos tanto do ponto de vista da auditoria fiscal quanto do público externo a ele relacionado e o atendimento à legislação tributária vigente.

PREVISÃO DE DESENVOLVIMENTO

Melhoria do Sistema de identificação dos indícios, de cálculo e de lançamento do ISSQN de responsabilidade dos tomadores de serviços da construção civil, nos termos do regime especial, previsto nos artigos 619 a 632 do Regulamento do CTM. Com atualização pelo CUB (Custo Unitário Básico de Construção), divulgado pelo SINDUSCON-CE.

APROVADAS AS ALTERAÇÕES ALTERAÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO (CTM)

A Sefin apresentou as propostas de alteração do CTM. A Prefeitura de Fortaleza encaminhou a proposta para a Câmara Municipal, que apreciou e aprovou o projeto de lei com a devida revisão, atualização e consolidação da Lei Complementar nº 159, de 23 de dezembro de 2013, que institui o Código Tributário do Município de Fortaleza (CTM).

A Lei Complementar nº 00318/2021 foi sancionada pelo Prefeito José Sarto Nogueira Moreira e publicada no Diário Oficial do Município (DOM) do dia 23 de dezembro de 2021.

APLICAÇÃO DE CIÊNCIA DE DADOS

O projeto de iniciação de aplicação de ciência de dados na administração tributária do ISS foi finalizado em 2021, com o intuito de inserir na administração tributária municipal de Fortaleza o uso de algoritmos e técnicas de Ciência de Dados e Inteligência Artificial nas bases de dados fiscais da SEFIN, visando diminuir a evasão da receita tributária do ISS.

O resultado obtido foi a realização da mineração das descrições dos serviços das notas fiscais com o objetivo de encontrar divergências em relação aos CNAEs informados e identificação de possíveis empresas nocivas a partir de clusters (agrupamentos) de empresas similares, de acordo com atributos e relacionamento de sócios, tomadores de serviços, contadores, estatísticas de processos, etc.

CADASTRO IMOBILIÁRIO MUNICIPAL (CIM)

O CIM tem por finalidade manter os dados cadastrais de todas as unidades e subunidades imobiliárias existentes no município, independentemente da sua categoria de uso ou da tributação incidente e terá caráter multifinalitário (Decreto nº 13.716/2015 - Regulamento do CTM, art. 273, § 1º), configurando como a principal fonte de informações para a tributação imobiliária em Fortaleza.

Também obedece à Portaria nº 511/2009 do Ministério das Cidades que trata das diretrizes para a criação, instituição e atualização do cadastro territorial multifinalitário nos municípios brasileiros.

Com isso, em 2021, foi possível realizar as seguintes ações:

Ação de qualificação da base cadastral e vinculação do sujeito passivo

Proprietário Não Identificado (PNI)

4.898 Sujeitos passivos identificados e inseridos na base.

Tratadas **6.533** faces de quadra, sendo **1212** cadastramentos, **345** alterações de logradouro, **977** alterações de trechos de logradouros e **3.999** cancelamentos de face de quadra.

Melhorias do sistema de informações territoriais (SITFOR)

O SITFOR é uma aplicação web, desenvolvida em Ruby on Rails com banco de dados Postgres e sua extensão PostGIS, mantido atualmente pela equipe de desenvolvimento da COGETI.

Tem um conceito de cadastro multifinalitário, sendo a parcela o elemento de menor unidade do cadastro. A aplicação garante a interoperabilidade com outras aplicações da Sefin e de outras secretarias tais como a Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo (Seuma).

Melhorias e atualizações do observatório urbano de valores imobiliários (OUV)

O OUV é o repositório de informações de preços observados no mercado de oferta de venda de imóveis e valores declarados/avaliados nas declarações do ITBI.

Os preços de mercado são obtidos através dos anúncios nos portais de corretoras de imóveis, através de levantamentos em campo (placas de anúncio), dados fornecidos por terceiros, anúncios de jornais etc.

Com base nisso, vale ressaltar que as informações de mercado na maioria

das vezes são incompletas e necessitam, antes de inseridas no banco de dados, serem complementadas, validadas e georreferenciadas por uma equipe permanente de colaboradores.

O conjunto de informações geram análises de mercado de valores por meio de estatísticas descritivas, geração de zonas homogêneas, mapas coropléticos de valores, informes econométricos e geoestatísticos.

Entre 2005 a 2021, foram coletadas mais de 100 mil ofertas de mercado.

Gráfico – Quantidade de ofertas de mercado no OUV de 2005 até 2021



Fonte: Célula de Gestão de Cadastros (Cecad)

Aperfeiçoamento da emissão da declaração de transação imobiliária (DTI) automática

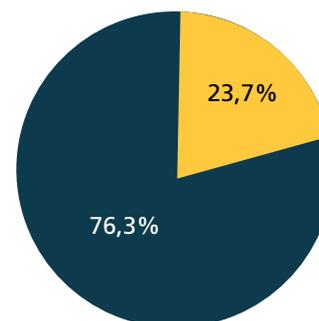
A existência do Observatório de Valores Imobiliários (OUV), associado ao cadastro imobiliário (georreferenciado), permitiu a preparação de uma base amostral para modelos de avaliação em massa pelo método comparativo direto de dados de mercado com tratamento científico dos dados através de regressão linear múltipla.

A avaliação automática (DTI automática) se utiliza de valores advindos das modelagens apresentadas, com suas respectivas atualizações no tempo, promovidas pelo corpo técnico da administração fazendária municipal.

São feitas em torno de 4 (quatro) atualizações por ano.

O próximo passo será a inserção dos modelos de estatística espacial na arrecadação do IPTU, por meio da elaboração de um Planta Genérica de Valores – PGVI.

% DTIs Avaliadas por Tipo Avaliação



Flag Avaliação Automática

- Sim
- Não

Fonte: BI Sefin, Dashboard ITBI. Consulta em 04/05/2022

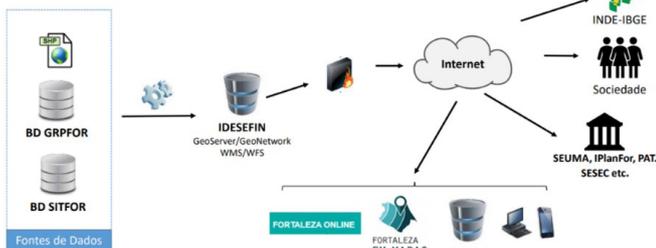
Em 2021, foram abertas **21.051 DTIs**, **20.955** foram avaliadas. Destas **15.979** foram automaticamente e **4.976** avaliações manuais.

Atualização e manutenção da plataforma de infraestrutura de dados espaciais (IDE)

A IDE tem como objetivo promover o adequado ordenamento da geração, armazenamento, acesso, compartilhamento, disseminação e uso dos dados geoespaciais de origem da Secretaria ou de outras secretarias interessadas, por meio de convênio.

As principais vantagens estão na melhor disseminação e uso dos dados geoespaciais, evitando a duplicidade de ações e o desperdício de recursos em sua obtenção, promovendo a correta documentação dos dados disponíveis (através dos metadados).

Arquitetura da IDE-SEFIN



Ao realizar as duas atualizações cadastrais em massa, a Sefin produziu em 2021 inúmeras informações geospaciais de interesse das demais secretarias da PMF e de instituições externas.

Fortalecimento das integrações internas e externas da plataforma IDE

Após a implantação e customização do SITFOR e a criação da IDE, as integrações têm sido realizadas de forma mais efetiva em 2021, com parcerias formalizadas entre as Secretarias Municipais e acordos institucionais com entidades que consomem dados geospaciais oficiais.

A seguir as integrações realizadas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MEIO AMBIENTE (SEUMA)

A plataforma “Fortaleza Online”, que concentra os serviços digitais vinculados à SEUMA, é integrada ao SITFOR, fonte oficial dos dados pertinentes aos imóveis. Integração junto às ações do programa Fortaleza Cidade Sustentável.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA (IPLANFOR)

A página “Fortaleza em Mapas”, disponibilizada pelo IPLANFOR, tem atualizações da sua base de dados integradas ao SITFOR e, atualmente, consome as informações contidas na IDE-SEFIN.

SECRETARIA DA FAZENDA (SEFAZ-CE)

A aplicação GRPFor foi disponibilizada para fornecer o valor de mercado, determinado pela SEFIN com base nos seus dados cadastrais de imóveis e modelagem estatísticas e de inteligência artificial, ao setor do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCD), para que este tenha subsídios ao lançamento dos bens imóveis situados em Fortaleza.

AGÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE FORTALEZA (AGEFIS)

As ações de fiscalização consomem dados do Cadastro Imobiliário, através de consultas solicitadas quando tratam de áreas específicas da cidade ou de tema relacionado à imóveis. Também formalizado o consumo de dados geospaciais através da IDE.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (SEPOG)

O patrimônio público do Município é supervisionado pela SEPOG e utiliza as informações georreferenciadas, objeto do Cadastro Imobiliário.

A Coordenação de Gestão de Patrimônio (COGEPAT) realiza o levantamento e registro de todas as unidades imobiliárias pertencentes ao Município, bem como sua valorização, utilizando a plataforma da IDE.

DISPONIBILIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DO MUNICÍPIO ÀS DEMAIS SECRETARIAS PARA ESTUDOS TEMÁTICOS

A Base Cartográfica Municipal (BCM) é utilizada pelas Secretarias de Saúde, Educação, Serviços e Conservação e Segurança Pública, para estudos temáticos, tais como mapeamento dos atendimentos aos

pacientes que estão com o COVID19, áreas da cidade em crescimento que precisam de creches ou escolas de ensino fundamental, execução de obras para ressignificar o fluxo de tráfego de pedestres, ciclistas e demais transportes, áreas de maior criminalidade, entre tantos outros temas que tem por informação básica mapear a localização geográfica dos acontecimentos.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS (SINTER)

O SINTER é um sistema em desenvolvimento, pela Receita Federal do Brasil (RFB), criado pelo Decreto nº 8.764/2016, será utilizado como ferramenta de gestão pública que integrará, em um banco de dados espaciais, o fluxo dinâmico de dados jurídicos produzidos pelos serviços de registros públicos ao fluxo de dados fiscais, cadastrais e geoespaciais de imóveis urbanos e rurais produzidos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Fortaleza, devido ao destaque na gestão do Cadastro Imobiliário foi convidada a compor, juntamente com Belo Horizonte e Campinas, o projeto-piloto do módulo de cadastro urbano do SINTER.

PRINCIPAIS RESULTADOS NA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

29,46% 
DESTAQUE PARA O
CRESCIMENTO DO ITBI
EM 2021 EM RELAÇÃO
A 2020

18,18% 
CRESCIMENTO DA
ARRECADAÇÃO PRÓPRIA
DE 2021 COMPARADO
COM 2020

17,49%
CRESCIMENTO
DO ISS 

14,13%
CRESCIMENTO
DO IPTU 

O ano de 2021 também foi marcado pelos efeitos do isolamento social em virtude da segunda onda do COVID-19 o que provocou a paralisação total das ações de cobrança por cinco meses (dois meses de paralisação e três meses em virtude da vigência do REFIS).

Após isso, as ações de cobrança foram retomadas gerando uma arrecadação adicional, efetuadas a partir do envio de cartas de cobrança e cartas com notificações de parcelamentos, cartas para Proprietário Não Identificado (PNI), envio de e-mails e de mensagens:

Envio de 129.840 cartas de cobrança

Envio 32.041 mensagens para Devedor Declarado e Não-Pago (DNP)

Envio de 578.014 e-mails de cobrança e lembretes

A atuação da Régua de Cobrança ganhou mais força, e em 2021 passou a enviar, além das Cartas, mais de 578 mil e-mails para os contribuintes de IPTU e ITBI, e mais de 32 mil mensagens para contribuintes de ISS. **Demais resultados que envolvem as ações de cobrança:**

1.924 registros verificados como Proprietário Não Identificado (PNI), por meio da emissão de cartas registradas com Aviso de Recebimento (AR);

1.000 contribuintes identificados na situação de Devedor Contumaz;

8.438 e-mails enviados com lembretes do REFIS;

323 e-mails enviados para os contribuintes do ITBI;

24.991 cartas enviadas com lembretes do REFIS;

548.328 e-mails enviados para contribuintes do IPTU;

PONTOS DE DESTAQUE

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

Varição da Arrecadação dos Impostos Próprios (ISS – IPTU – ITBI) foi equivalente a inflação + 6,69%;

Pelo segundo ano consecutivo, o ITBI foi o imposto que apresentou maior variação;

Varição da Arrecadação Própria foi equivalente a inflação + 7,38%;

Arrecadação de R\$129 milhões com o REFIS: R\$36,3 milhões SEFIN e R\$ 92,5 na PGM;

Pela primeira vez a arrecadação de um mês do ISS ultrapassou a R\$ 100 milhões;

Aumento da performance das mensagens do ISS – DNP. Finalizou o ano com uma performance em torno de 29%;

A arrecadação do IPTU em 2021 excedeu em 70,1 milhões a de 2020;

Aumento na quantidade de empresas nos principais tipos de tributação em 2021;

Varição da receita própria excedeu todas as expectativas em comparação a 2019, 2020 e a projeção LOA;

Autonomia Financeira em 2021 ficou 1,88% acima do esperado de 29,90%;

Incremento de R\$ 390 milhões na Receita Própria;

Estruturação do processo de acompanhamento dos repasses da Contribuição para o Custeio do serviço de Iluminação Pública (CIP);

Do incremento total da Receita Própria, os impostos próprios (ISS – IPTU – ITBI) contribuíram com um incremento de R\$ 255 milhões;

Identificação e inclusão na Base do IPTU de mais de 1.924 PNIs.

Atendimento ao Contribuinte Cidadão

As transformações advindas da pandemia da COVID-19 no ano de 2021 conduziram para um novo formato de trabalho e para o surgimento de novos canais de atendimento da Sefin. A equipe do atendimento foi impulsionada a criar novas possibilidades para acolher o contribuinte de forma presencial e virtual com qualidade.

Nos meses em atendimento virtual (19/02/2021 a 31/07/2021) e presencial, foi necessário apresentar alguns procedimentos operacionais a fim de viabilizar a melhoria no atendimento ao contribuinte de forma virtual e posterior retorno presencial, tais como equipes exclusivas voltadas para:

As respostas de processos via Sistema de Protocolo Único (SPU).

Fale com a Sefin

Análise de processo de Cadastro mobiliário, tais como: inscrição, alteração Cadastro de Produtores de Bens e Serviços (CSBS) Pessoa Jurídica, e-Sefin e credenciamento e-Sefin.

O atendimento do Guichê Virtual.

Atendimento presencial exclusivo por Agendamento Eletrônico, implantado a partir do dia 02 de agosto, onde o contribuinte seleciona o serviço, dia e horário para seu atendimento.

O atendimento telefônico no retorno ao atendimento presencial a partir de 02 agosto 2021.

5.987 
LIGAÇÕES
 RECEBIDAS NO
 ATENDIMENTO
 DO REFIS 2021

E

14.372 
 ATENDIMENTOS
 TELEFÔNICOS NO
 ANO DE 2021
 (MAIO A DEZ)

99.96% 
 DE MENSAGENS
 RESPONDIDAS ENTRE
 JANEIRO E DEZ 2021

99.90% 
 RESPOSTAS EFETIVAS
 ENTRE MAIO E JULHO
 DE 2021 NO ATENDIMENTO
 DO REFIS 2021

GUICHÊ VIRTUAL

Inaugurado em julho de 2021, o Guichê Virtual possibilitou o atendimento no formato virtual ao contribuinte.

11.765 
CONTRIBUINTE
ATENDIDOS ATÉ
DEZEMBRO

NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO (NAC)

Os Núcleos de Atendimento ao Cidadão (NAC's) da Sefin no Shopping Del Paseo e nos Vapt-Vupts de Messejana e Antônio Bezerra, retomaram o atendimento também por agendamento eletrônico em julho de 2021.

No ano de 2021, foi constatado que os atendimentos virtuais estavam crescendo em relação ao atendimento presencial.

Com isso, foi decidido pela redução dos Núcleos de Acolhimento ao Cidadão nas Regionais Executivas (NAC's/Sefin-SER's) e NAC/Sefin-Grand Shopping, em razão do custo/benefício envolvido.

62.79% REDUÇÃO NO
NÚMERO DE ATENDIMENTOS
PRESENCIAIS

9.422 ATENDIMENTOS
NO NAC DEL PASSEO

4.330 ATENDIMENTOS
NO VAPT-VUPT MESSEJANA

2.945 ATENDIMENTOS NO
VAPT-VUPT ANTÔNIO BEZERRA

PRAÇA DE ACOLHIMENTO DA SEFIN

Após serem estruturadas as equipes de atendimentos telefônicos, do Guichê Virtual, do Fale com a Sefin, o retorno ao atendimento presencial, em 02 de agosto de 2021, possibilitou transferir os atendentes para o salão da Praça de Acolhimento.

27.003 
ATENDIMENTOS PRESENCIAL
NA SEDE DA SEFIN NO ANO
DE 2021

88.40% 
PESQUISA DE SATISFAÇÃO
(TOTEM ELETRÔNICO 2021)

27.688 
ATENDIMENTOS NO
ANO DE 2021

IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO DA SEFIN

Inaugurado, no dia 01/10/2021, o serviço de atendimento da Sefin na Central da Cidadania da Câmara Municipal de Fortaleza.

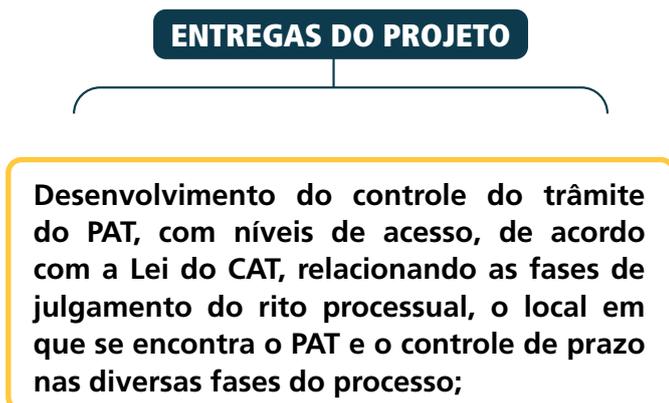
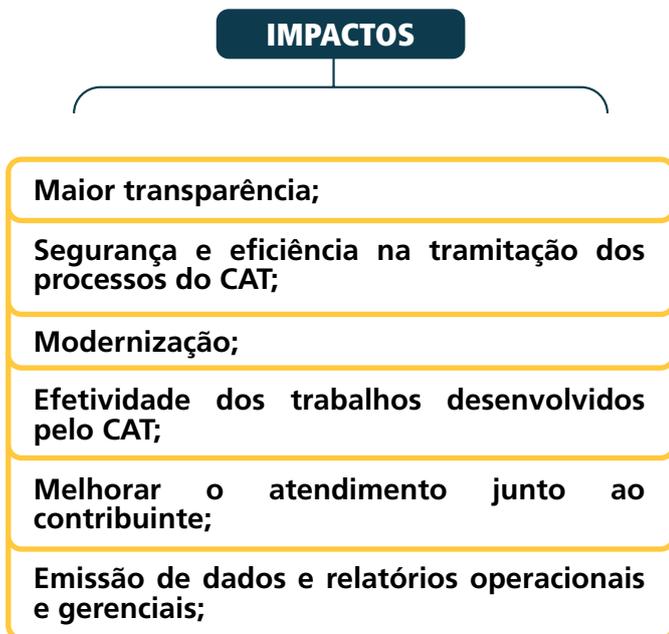


Gestão dos Processos Administrativos Tributários

INICIADO O PROJETO DE AUTOMATIZAÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

O projeto teve como objetivo desenvolver uma ferramenta tecnológica para automatização e controle do Processo Administrativo Tributário (PAT).

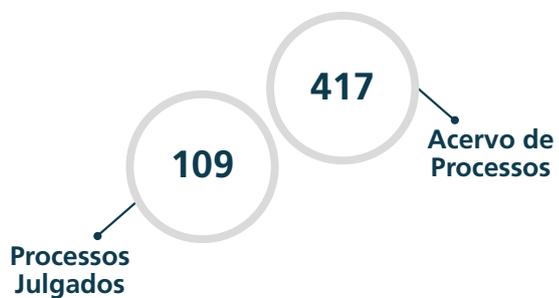
Os impactos previstos com o projeto:



- Acompanhar toda a tramitação de seus processos com acesso direto à aplicação com certificação digital e/ou alertas via SMS, WhatsApp (conta corporativa) e/ou email;
- Emissão de relatórios operacionais e gerenciais de controle do trâmite do PAT, que possam facilitar a consolidação futura dos dados no BI da SEFIN, auxiliando à tomada de decisão dos gestores do CAT;
- Integrações com o módulo de processo GRPFOR, GEFIT, ISS Fortaleza, CND, e-Sefin, módulo de decisões judiciais e administrativas no GRPFor, proporcionando o contribuinte fazer uso do ambiente e-Sefin para demandar serviços ao CAT;
- Extração de cópias digitais de documentos com assinatura digital;
- Receber intimações e comunicações com/sem informação de prazos vencidos;
- Permitir o upload de peças processuais dentre outras;
- Controle processual, perito, julgador, conselheiro): parametrização de prazos das fases processuais; controle de usuários relacionados à representação processual (advogados relacionados ao processo); controle de demais usuários (secretário, procurador municipal, julgador, perito, conselheiro, presidente de câmara); upload de documentos assinados digitalmente; recebimento de alertas por SMS, WhatsApp (conta corporativa) e/ou email; controle de assunto(s) relacionados ao processo como forma de categorização.

RESULTADO DO CAT EM 2021

1ª INSTÂNCIA



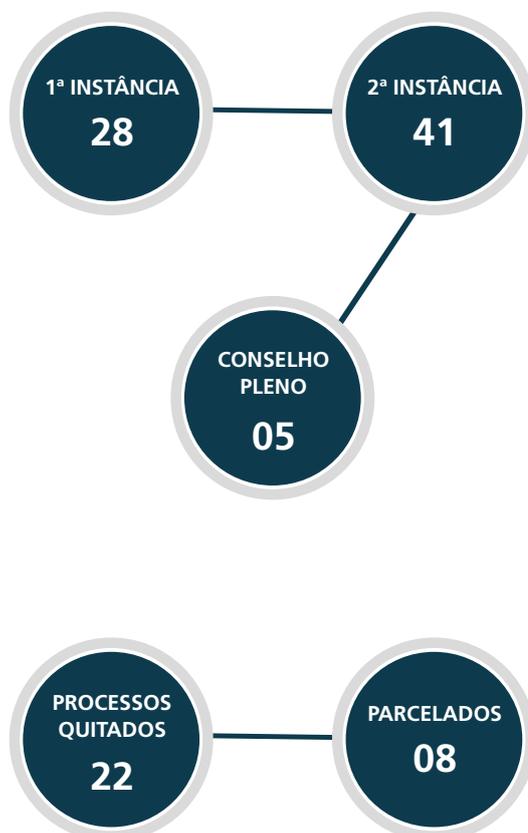
CONSELHO PLENO



2ª INSTÂNCIA



PROCESSOS ENCERRADOS



Gestão Financeira

A Sefin coordenou a edição do Plano de Ação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle – SIAFIC, publicado em 04/05/2021, que consiste em atender ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exigindo dos gestores públicos ação planejada e transparente a fim de se prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

O SIAFIC, portanto, é um Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle, mantido pelo Poder Executivo, mas que deve ser utilizado por todos os poderes do ente, resguardada a autonomia, fazendo com que todos sigam as mesmas regras no registro dos atos e fatos da administração e deve estar concluído até o dia 1º de janeiro de 2023.

A LRF se tornou o instrumento fundamental para regular as contas públicas do País, alicerçado em três princípios: imposição de limites para os gastos públicos, atribuição de responsabilidades e transparência, trazendo assim a possibilidade de participação dos rumos do Estado por parte da sociedade.

Dessa forma, o artigo 48 da LRF propôs formas de promoção da Transparência, dentre elas, a adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade.

Com o surgimento da necessidade de determinação desse padrão foi editado pelo Governo Federal o Decreto nº 10.540/2020, que definiu a evidenciação mínima e estabeleceu prazo de 180 para os entes estabelecerem seus planos de ações, assegurando assim a transparência da Gestão Fiscal nos Entes Federativos.

Os poderes Executivo e Legislativo do Município de Fortaleza já utilizam o Sistema de Gestão de Recursos e Planejamento de Fortaleza (GRPFOR-FC), desenvolvido e mantido por uma equipe multidisciplinar de profissionais da Secretaria Municipal das Finanças de Fortaleza, que já atende grande parte dos requisitos exigidos no Decreto, no tocante aos requisitos de procedimentos contábeis, requisitos tecnológicos e requisitos de transparência da informação.

Em 2021, foi criado grupo de trabalho para acompanhamento e implementação das medidas necessárias a adequação ao padrão mínimo de qualidade do SIAFIC, através das ações publicadas no Plano de Ação.

O grupo é composto por representantes da Secretaria Municipal das Finanças – SEFIN, Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG e Procuradoria Geral do Município – PGM, onde cada pasta possui 1 membro titular e 1 suplente, ficando a coordenação do grupo sob a responsabilidade do representante da SEFIN, órgão responsável pela manutenção do Sistema.

O grupo se reúne a cada 30 dias e suas deliberações devem ser lavradas em atas e repassadas aos demais participantes do grupo. Segue os itens trabalhados no exercício de 2021.

INSTITUIÇÃO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE PARA OS USUÁRIOS DO GRPFOR-FC

Estabelecido por meio da Portaria Conjunta SEFIN/SEPOG nº 45/2021, o acesso ao GRPFOR-FC somente será permitido após o cadastramento do usuário que se dará pelo preenchimento da ficha cadastral, devidamente autorizada pela chefia imediata ou servidor hierarquicamente superior, e pela assinatura eletrônica do Termo de Responsabilidade pelo uso adequado do sistema.

Tal iniciativa teve como premissa a responsabilização dos usuários quanto à idoneidade e o sigilo das informações inseridas no sistema, bem como transparência e compromisso ético da Instituição.

RECADASTRAMENTO DOS USUÁRIOS ATIVOS DO GRPFOR-FC

Todos os órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo encaminharam para a Célula de Contabilidade da SEFIN as informações dos colaboradores que deveriam permanecer com o acesso ao Sistema no prazo de até 30 dias, após a publicação da Portaria Conjunta SEFIN/SEPOG nº 45/2021.

Após o prazo concedido, os acessos não cadastrados foram revogados.

Com essa ação 400 (quatrocentos) usuários tiveram seus acessos revogados, garantindo assim que apenas os colaboradores municipais autorizados acessam os dados dispostos no Sistema. Os usuários que não acessarem o Sistema por um período superior a 90 (noventa) dias terão seus acessos revogados automaticamente.

REVOGAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE SENHAS DO GRPFOR-FC

A fim de garantir uma maior segurança da informação disposta no Sistema, foi publicada a Portaria nº 70/2021, que estabeleceu os critérios para revogação e atualização de senhas do Sistema.

As senhas devem ter um padrão forte de segurança, onde são necessários uma quantidade mínima de 8 (oito) dígitos combinando letras maiúsculas e minúsculas, números e caracteres especiais, ou, ao menos, 03 (três) dessas combinações. As senhas devem ser alteradas a cada 90 (noventa) dias e o usuário não poderá repetir as últimas 5 senhas utilizadas.

RELAÇÃO DE COTAÇÕES DIÁRIAS NO GRPFOR-FC

Iniciado o desenvolvimento de serviço que busca as cotações diárias de moeda estrangeira diretamente da base do Banco Central, que servirá para as conversões de transações efetuadas em moeda estrangeira para moeda nacional.

As regras do sistema já foram estabelecidas, restando apenas a implementação por parte da Equipe de Tecnologia da Informação.

Na mesma linha, no plano operacional dos pagamentos, a equipe técnica envidou esforços em mitigar riscos e aumentar o nível de controle das permissões de acesso aos sistemas bancários e na criação de sistemática de restrições que viabilizem o cumprimento dos contratos com as instituições financeiras.

Segue atividades desenvolvidas no exercício de 2021:

CONTROLE DA CHAVES DE ACESSO ÀS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS

Manutenção e monitoramento de usuários ativos vinculados ao CNPJ da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF) e da Secretaria Municipal das Finanças (SEFIN), bem como a verificação do nível de acesso de cada usuário e a exclusão dos acessos dos inativos, permitindo um maior controle das habilitações das chaves de acesso aos CNPJ da PMF e SEFIN.

ATUALIZAÇÃO ESTRUTURAL DOS ARQUIVOS DE CADASTRO DE BENEFICIÁRIOS ENVIADOS AO BANCO DO BRASIL

Os arquivos de remessa de cadastro enviados ao banco foram atualizados e parametrizados junto ao sistema do Banco do Brasil e da Receita Federal permitindo, assim, a confecção dos cartões magnéticos para os beneficiários de programas sociais.

A medida possibilitou a confecção dos cartões magnéticos aos beneficiários de programas sociais, viabilizando o saque dos seus respectivos benefícios por meio deles.

PROCESSAMENTO DE ARQUIVO DE RETORNO CPB DO TIPO 91 DE BENEFÍCIOS SOCIAIS

Os pagamentos de benefícios sociais liberam arquivos de retorno CPB do tipo 91, que informam a qual beneficiário pertence o valor residual devolvido à conta do convênio social, em virtude da não realização do saque total por parte do beneficiário, dentro da data do seu vencimento.

O sistema GRPFOR-FC passou a processar esse tipo de arquivo, possibilitando a identificação dos beneficiários vinculados aos valores residuais devolvidos para as contas de convênio social, contribuindo para auxiliar nos procedimentos de conciliação bancárias.

ATUALIZAÇÃO DO SISTEMA NA ÁREA DE CADASTRO PARA PERMITIR A INSERÇÃO DE OUTROS PADRÕES DE CÓDIGOS DE OPERAÇÕES BANCÁRIAS

Com a atualização, o sistema GRPFOR-FC passou a permitir o cadastramento de operação bancária com 4 dígitos, outrora bloqueado.

Dessa forma, credores de benefícios sociais que possuem conta corrente com esse tipo de operação puderam ser inseridos com êxito, viabilizando o pagamento a esses credores.

ATUALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS PARA A EXECUÇÃO DO REPASSE FINANCEIRO

As unidades da administração indireta passaram a utilizar a funcionalidade de conformidade, antes utilizada somente pela administração direta.

Dessa forma, o procedimento de repasse financeiro passou a ser padronizado, facilitando a verificação dos processos de repasse. Adicionalmente, o Sistema GRPFOR-FC passou a emitir o documento de repasse financeiro indicando com o nome do usuário que registrou a movimentação.

O monitoramento das Transferências Constitucionais vem **produzindo resultados significativos para o município de Fortaleza.**

O trabalho de monitoramento e mensuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) foi realizado junto às empresas e à Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, verificando omissões e inconsistências, promovendo correções e adequações, que afetem a apuração e a incorporação do Valor Adicionado Fiscal do município de Fortaleza.

Na primeira publicação do Valor Adicionado Fiscal, por meio da portaria nº 225/2021, publicada no DOE, em 28 de junho de 2021, Fortaleza, obteve o índice de 26,7335302.

Na terceira publicação do valor adicionado fiscal, pela portaria nº 388/2021, publicada no DOE, em 24 de novembro de 2021, foi confirmado um aumento de 2,37%, acrescendo o índice para 27,3679044.

Este incremento representa uma recuperação no repasse do ICMS no valor de R\$ 22.767.904,85

Observando o comportamento dos cinco maiores municípios para distribuição do ICMS (Fortaleza, Maracanaú, São Gonçalo do Amarante, Caucaia e Sobral), **FORTALEZA FOI O ÚNICO QUE PROMOVEU CRESCIMENTO EM SEU ÍNDICE DO VAF**, entre a primeira e terceira publicação do Valor Adicionado Fiscal.

Um dos principais produtos da contabilidade é o **BALANÇO GERAL**, trata da prestação de contas do Governo para os cidadãos.

Nela, constam as demonstrações contábeis geradas a partir dos lançamentos contábeis registrados em todas as unidades orçamentárias pertencentes ao município.

Esses mesmos dados contábeis são enviados ao Tribunal de Contas do Estado, através das remessas mensais do Sistema de Informação Municipal (SIM), e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio da Matriz de Saldos Contábeis, que recebe as informações de todos os entes subnacionais.

RANKING DE QUALIDADE DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL E FISCAL NO SICONFI

A previsão legal do Balanço do Setor Público Nacional – BSPN (LRF art.50) estabelece que os entes federativos devem enviar seus dados à União, para que esta proceda com a consolidação das contas públicas.

Com o objetivo de obter informações cada vez melhores para a consolidação, a mesma data de corte estabelecida para o BSPN foi definida como marco para a aplicação das verificações do Ranking.

Fortaleza atingiu o ranking de 3ª melhor capital do País no quesito Qualidade da Informação Contábil, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

NOTA
A 

97% 
DE RESPOSTAS
POSITIVAS

5º LUGAR
ENTRE AS
CAPITAIS 

DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO – SIGOC

O SIGOC proporcionará o acompanhamento junto aos órgãos municipais que detêm operações de crédito contratadas, em relação as prestações de contas e auditorias realizadas pelos Entes Financiadores.

Em 2021, foi realizada ação de migração do SIGOC para módulo do GRPFOR-FC, o que resultou na conformidade e melhor eficiência no gerenciamento das operações de crédito em fase de execução. Está em fase de desenvolvimento o módulo de prestação de contas.

RESULTADOS DO ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL (IFGF 2021)

O índice é inteiramente construído com base em resultados fiscais oficiais, declarados pelas próprias prefeituras.

Essas informações são disponibilizadas anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), por meio do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi).

O IFGF é composto por quatro indicadores: IFGF Autonomia, IFGF Gastos com Pessoal, IFGF Liquidez e IFGF Investimentos.

A leitura dos resultados é bastante simples: a pontuação varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais próxima de 1 melhor a gestão fiscal do município. Com o objetivo de estabelecer valores de referência que facilitem a análise, foram convencionados quatro conceitos para o IFGF.

ÍNDICE FIRJAN DE GESTÃO FISCAL 2021 (ANO-BASE 2020)

NOTA DE FORTALEZA : 0,8109

NOTA MÉDIA DAS CAPITALS: 0,7155

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

O município de Fortaleza está avaliado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no ano de 2021 com Capacidade de Pagamento (CAPAG) C.

A CAPAG é uma metodologia de medição de situação fiscal e de risco de crédito dos estados, distrito federal e municípios.

A aplicação da CAPAG é determinante para os Entes públicos pois a situação de risco A e B são elegíveis para receber aval da União Federal às suas operações de crédito interno e externo. E, aqueles que possuem riscos diferentes não poderão receber mencionado aval.

Essa metodologia observa a apuração de indicadores de liquidez, endividamento e poupança, e no caso de Fortaleza foi prejudicado na nota da CAPAG por conta da poupança corrente, cujo indicador não alcançou a nota mínima necessária para aprovação do recebimento de aval.

Diante desse quadro, sente-se a restrição da CAPAG C no ano de 2021 para o Município de Fortaleza, por causa das dificuldades de acessar o crédito livre de entraves e menos oneroso.

AÇÕES DESENVOLVIDAS PARA RETOMADA DO NÍVEL “B” DE POUPANÇA CORRENTE

Foi realizado um trabalho de racionalização das despesas corrente, que mesmo com o nível de inflação de 10,06%, manteve-se em um patamar de crescimento de apenas 2,33%. Como principal destaque evidencia-se um crescimento menor que 1% das Outras Receitas Correntes, na qual está contido o custeio dos serviços públicos.

Esse trabalho somado ao esforço de arrecadação, produziu uma poupança corrente de 5,07%, que se fosse apurado isoladamente, já conferiria a Fortaleza o nível de poupança suficiente para a obtenção da CAPAG “B”.

OPERAÇÃO DE FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO VOLTADO AO SETOR PÚBLICO COM PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS ÁGEIS E SIMPLIFICADOS (OPERAÇÃO FINISA)

Com relação a classificação fiscal e risco de crédito de Fortaleza, definida pelo Governo Federal, apesar da atual situação, já mencionada, o município possui bons indicadores fiscais, tais como, o limite de endividamento e comprometimento em relação a receita corrente líquida. O montante da realização da receita de capital e de gastos com serviço de dívida determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e Resolução nº 43/2001, do Senado Federal, apresentam níveis confortáveis para a contratação de operações de crédito a ser firmada entre o município e a Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 100.000.000 (cem milhões de reais), na modalidade FINISA, em contratação sem aval da União Federal. Estes recursos são destinados a obras de infraestrutura e saneamento, como: Urbanização e Reassentamento da Lagoa do Papicu; Rio Cocó – Jardim Castelão; Reforma e ampliação do Frotinha de Messejana, e avenida Deputado Paulino Rocha.

Vale ressaltar que a Prefeitura possui um Comitê de Gestão Fiscal e de Resultados – COGERFFOR formado por um núcleo de Secretarias que aplica as melhores técnicas de controle de gastos e mitigação de riscos.

Transparência Sefin

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO BALANÇO GERAL

Apresentação do Balanço Geral de 2020 na audiência pública da Câmara Legislativa de Fortaleza. É uma agenda de prestação de contas do governo municipal para sociedade de Fortaleza junto com a Câmara Legislativa.

O Balanço é um instrumento que traz informações transparentes de interesse social, destacando os serviços que beneficiam a população fortalezense em todas as áreas de Governo. Apresenta também o desempenho dos resultados da gestão da Prefeitura de Fortaleza, por meio da consolidação das principais ações desenvolvidas com os resultados obtidos em 2020.

O Relatório Contábil de Propósito Geral vai além de números e demonstrativos contábeis e mostra o quão desafiador foi o exercício de 2020 diante de um cenário pandêmico causado pela COVID19. A Prestação de Contas de Governo foi enviada à Câmara Municipal de Fortaleza e ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará.

ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

Apresentação dos Relatórios de Gestão Fiscal da Prefeitura de Fortaleza (RGF) referente aos quadrimestres de 2021.

A apresentação é realizada por meio de audiência pública e tem como destaque o cumprimento dos limites de gastos da Educação e Saúde, por exemplo, tendo como referência a definição da meta estabelecida pela RLIT.

RANKING DO MUNICÍPIO EM TRANSPARÊNCIA

A Sefin, ganhou o segundo lugar no ranking do Município em transparência.

O prêmio Fortaleza Transparente: os gestores municipais em compromisso com os cidadãos têm como objetivo premiar as Secretarias e os órgãos mais efetivos nas respostas a informações solicitadas pelos cidadãos por meio do Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-Sic).



ELABORADO O INVENTÁRIO DE PROCESSOS ORGANIZACIONAIS DA SEFIN

Elaborado e estruturado o inventário de processos da SEFIN, com a identificação de todos os processos executados por cada coordenação e suas respectivas áreas de negócio.

ESTUDO DE PROCESSOS DA SEFIN

Realização de 12 (doze) estudos de processos para melhor agilização e padronização dos serviços realizados pela Secretaria, com aplicação de níveis específicos da metodologia de processos da SEFIN, onde foram identificados, padronizados, realizada a institucionalização e o controle dos processos de trabalho da Sefin.

GESTÃO DE PROCESSOS NA SEFIN

Definição do Modelo de Gestão de Processos da Sefin

Realização de parceria e consultoria para implementação do modelo de gestão de processos na Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG).

Definição da Arquitetura de Processos

Elaborada a arquitetura de processos da SEFIN para permitir uma visão sistêmica e estruturada dos diversos níveis dos processos da instituição, desde o nível estratégico (Cadeia de Valor) até o operacional (Atividades).

CARTA DE SERVIÇOS

Elaborada a proposta da carta de serviços para posterior publicação no site da SEFIN.

A Carta de Serviço será disponibilizada para o contribuinte no sentido de tornar de conhecimento da sociedade todos os serviços realizados pela Secretaria de forma mais transparente e simplificada.

PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA E FISCAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal nos Municípios Brasileiros é um grande financiador de ações de Governo Municipal no que tange à melhoria da eficiência, redução de custos e incremento da receita. Dentre os projetos financiados pelo programa em 2021 é possível destacar:

Evolução do Sistema de Protocolo Único do Município –SPU

Financiado em 2021, o projeto tratou da aquisição de insumos para melhoria da ferramenta responsável pela tramitação eletrônica dos documentos na Prefeitura Municipal de Fortaleza.

O projeto tem grande impacto na redução do custo de tramitação de processos tanto na decisão de redução do consumo de papel, quanto na redução do tempo de tramitação dos processos, sendo prioritário para uma gestão mais eficiente e célere.

Desenvolvimento do novo sistema de Recursos Humanos

No que tange ao desenvolvimento da ferramenta, foi definida nova revisão do projeto PNAFM destinando maior recurso para sua finalização.

Foi enviada para licitação a contratação de Fábrica de Software para apoio no desenvolvimento do sistema, visando o encerramento da implementação para o ano de 2023. A redução de custos e independência quanto a fornecedores de ferramentas de RH traz grande impacto com a implementação deste projeto.

Formalização dos projetos PNAFM

Em 2021, foram formalizados os reembolsos de valores vinculados a projetos do PNAFM executados com recursos do Tesouro Municipal.

Os projetos reembolsados foram:

Atendimento ao Cidadão, referente a melhoria da infraestrutura tecnológica do atendimento on-line;

Rede Nacional de Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redsim, referente ao desenvolvimento para integração e atendimento a Redesim.

Os valores reembolsados foram repassados aos cofres municipais, auxiliando no caixa do município, uma vez que os produtos já haviam sido financiados e implementados.

Governança de Tecnologia da Informação

Projeto com execução de 94,18% em 2021.

Trata sobre o desenvolvimento do Plano Diretor de Segurança da Informação – PDSI.

Realizada Auditoria CGU

Realizada análise crítica e diagnóstico com base no relatório da auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) para encaminhamento de estudo de riscos e fortalecer o controle do Programa Nacional de Apoio à Modernização Administrativa e Fiscal dos Municípios (PNAFM) em Fortaleza.

Valorização e Desenvolvimento de Pessoas

Visando manter as ações de capacitação com vista a desenvolver competências e resultados necessários para a valorização e desempenho dos colaboradores da Sefin, foi elaborado em parceria com as áreas de negócio da Secretaria, o Plano Anual de Capacitação para 2021.

Abaixo, os resultados gerados em 2021.

CURSOS SOLICITADOS
NO LEVANTAMENTO DE NECESSIDADES
DE TREINAMENTO(NT) 2021 = **102**

QUANTIDADE DE
CURSOS EXECUTADOS = 57
EM 2021

Os cursos que tiveram maiores participações de colaboradores e que reforçaram a melhoria dos processos com impacto em todos os setores, foram:

Elaboração de termos de referências

Programa de Gestão e liderança

Gestão e fiscalização de contratos

1.104
HÓRAS DE
CAPACITAÇÃO

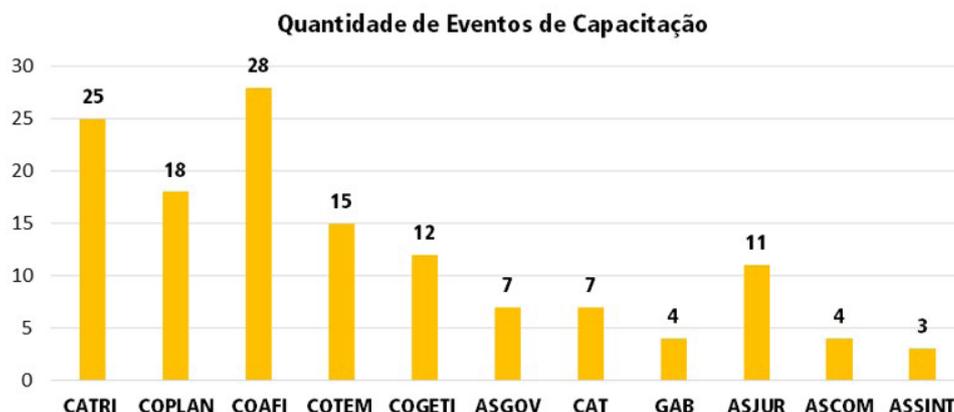
397
PARTICIPAÇÕES

57 CURSOS
REALIZADOS

7 COLABORADORES
CONTEMPLADOS COM
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO,
MESTRADO E ESPECIALIZAÇÕES.

154
TOTAL GERAL
DE SERVIDORES E
COLABORADORES
CAPACITADOS

SENDO
124 = SERVIDORES
30 = TERCEIRIZADOS



PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE LÍDERES E GESTORES

Implantação do Programa de Desenvolvimento de Líderes e Gestores da SEFIN, com a oferta de dois cursos.

O objetivo do Programa foi de estabelecer um programa de desenvolvimento de gestores, de modo a permitir que a média e a alta gerência da SEFIN sejam capacitadas no que há de mais inovador, por meio do conhecimento das melhores práticas de gestão e liderança, a fim de que novas leituras e ferramentas se incorporem à atuação gerencial, facilitando a adoção de posturas voltadas ao alcance dos objetivos organizacionais, tendo em vista que essa mudança atitudinal será de elevada importância para o aprimoramento da governança na SEFIN com foco na excelência, ou seja, para que nossas ações estejam efetivamente direcionadas para os objetivos alinhados aos interesses da sociedade.

Programa APG Avançado Presencial e Virtual

Design Thinking, com a participação de 60 colaboradores da média e a alta gerência da SEFIN com o intuito de serem capacitados no que há de mais inovador, por meio do conhecimento das melhores práticas de gestão e liderança, a fim de que novas leituras e ferramentas se incorporem à atuação gerencial.

Cursos	Total de Participantes	Carga-horária	Período
APG PRESENCIAL - PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA (AMANA – Key)	18	50 horas	06 a 10/12
APG VIRTUAL - PROGRAMA DE GESTÃO AVANÇADA (AMANA – KEY)	30	20 horas	29 e 30/11
BUSINESS TRANSFORMATION – DESIGN THINKING - PRESENCIAL	60	16 horas	30/11 e 01/12

AÇÕES PARA CONSCIENTIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL E DE SUSTENTABILIDADE

Realização de ações que contribuem para a conscientização dos servidores e colaboradores, compreendendo a importância de promover uma cultura que insira a responsabilidade socioambiental e sustentabilidade nas atividades desenvolvidas pela SEFIN e colaborar com a preservação e regeneração do meio ambiente e com a redução de desigualdades econômicas e sociais.

O Núcleo de Capacitação e Qualidade de Vida, através dos Programas Bem Viver e A3P, realizou as seguintes ações:

33 AÇÕES DE GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS GERADOS 

04  CAMPANHAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

15 AÇÕES DE QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO 

131  ATIVIDADES DE MEDITAÇÕES E GINÁSTICA LABORAL VIRTUAL

238  ATENDIMENTOS DE “ESCUTA EMPÁTICA”

488 LEVANTAMENTO DO NÚMERO DE COLABORADORES VACINADOS CONTRA A COVID-19 

183 ACOMPANHAMENTOS DOS CASOS DE COLABORADORES QUE FORAM AFASTADOS POR SUSPEITA OU CONFIRMAÇÃO DE COVID-19, NA SEFIN. 

Programa de Educação Fiscal

Em 2021, houve a retomada das atividades do Grupo de Trabalho de Educação Fiscal do Estado do Ceará, o grupo é formado por representantes da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, da Receita Federal e da Sefin. No encontro foram compartilhadas as iniciativas desenvolvidas e os desafios enfrentados no período de pandemia, os participantes destacaram os trabalhos que estão sendo realizados voltados à educação fiscal.

Os resultados das ações do Programa de Educação Fiscal são evidenciados mesmo com os impactos da pandemia que refletiu na realização das ações previstas para 2021.

O cenário começou a mudar a partir da vacinação e da readaptação de outras formas de realização das ações. A retomada foi um desafio superado com a parceria de outras instituições, proporcionando assim, o alcance dos objetivos do referido Programa.

13ª EDIÇÃO DO PRÊMIO SEFIN (2021)

O tema abordado em 2021 foi “A importância dos tributos no combate à pandemia da Covid-19”, e contemplou escolas de ensino fundamental e médio situadas no Município de Fortaleza. Premiando o 1º, o 2º e o 3º lugar do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, na Categoria I – Desenho: do 1º ao 4º; na Categoria II – Poema: 5º ao 8º ano e na Categoria III – Redação: 9º ano do Ensino Fundamental e 1º ao 3º ano do Ensino Médio, totalizando, portanto, 36 trabalhos selecionados no final da edição.

Os alunos vencedores, em cada categoria, foram premiados com 01 Smartphone. Cada professor recebeu R\$ 1.000,00 (mil reais), por trabalho premiado, em quaisquer das três categorias, como incentivo à disseminação da Educação Fiscal no âmbito da sala de aula.

2.809 TRABALHOS VALIDADOS
 SENDO
 1.363 = DESENHOS
 900 = POEMAS
 546 = REDAÇÕES

21 PROFESSORES INCENTIVADOS

36 ESTUDANTES PREMIADOS

5.489 ALUNOS INSCRITOS

119 ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS PARTICIPANTES

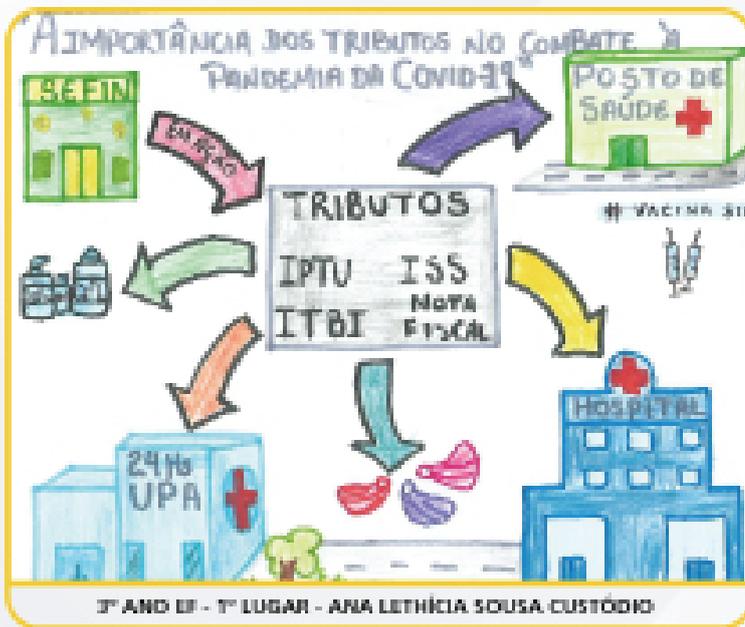
70 ESCOLAS VISITADAS NO TOTAL



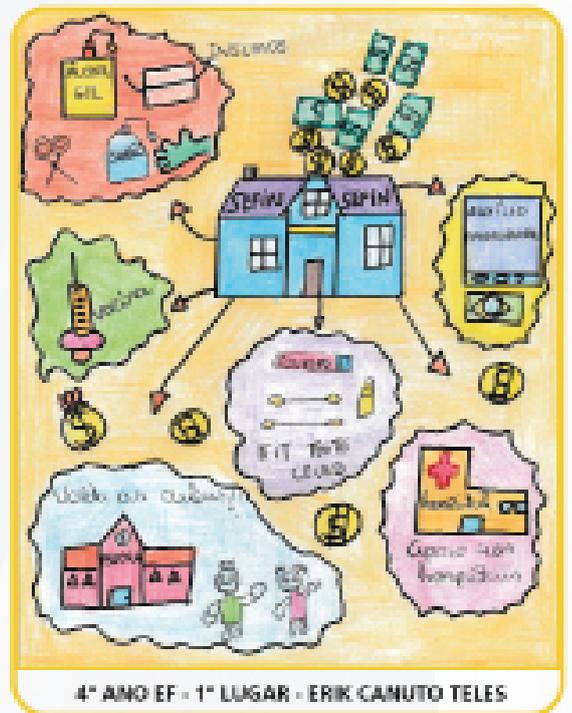
1º ANO EF - 1º LUGAR - DEBORAH DE OLIVEIRA SILVA



2º ANO EF - 1º LUGAR - GIOVANNA ALMEIDA



3º ANO EF - 1º LUGAR - ANA LETHICIA SOUSA CUSTÓDIO



4º ANO EF - 1º LUGAR - ERIK CANUTO TELES



1º ANO EF - 2º LUGAR - RAY LUCAS BARBOSA DA SILVA TEIXEIRA



2º ANO EF - 2º LUGAR - AISHA MARIANE LIMA

O NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL (NAF)

O Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) é uma iniciativa de responsabilidade social universitária apoiada pelas administrações tributárias (SEFIN, RFB, SEFAZ-CE e o Conselho de Regional de Contabilidade do Ceará-CRC-CE), com o intuito de:

Proporcionar aos alunos de Ciências Contábeis uma vivência prática sobre as atividades tributário-fiscais;

Apoiar, de forma gratuita, as pessoas físicas e jurídicas de baixa renda, as pequenas empresas e a comunidade universitária, prestando-lhes serviços e orientações contábeis e fiscais básicas;

Informar os estudantes sobre o sentido social dos tributos, além de disseminar a ética profissional e a importância do serviço à comunidade, produzindo conhecimento contábil e fiscal através dos grupos de estudos e pesquisa.

Ao todo, são 10 núcleos em funcionamento:

1. Universidade de Fortaleza (UNIFOR);
2. Centro Universitário Estácio do Ceará – Parangaba;
3. Centro Universitário Estácio do Ceará - Moreira Campos;
4. Centro Universitário Estácio do Ceará – Centro;
5. Centro Universitário Estácio do Ceará – Via Corpvvs;
6. Universidade Estadual do Ceará (UECE);
7. Centro Universitário Setembro - UNI7;
8. Centro Universitário CHRISTUS – UNICHRISTUS;
9. Universidade Federal do Ceará (UFC);
10. Faculdade CDL.

Em 2021, foram realizados três encontros virtuais destinados à formação dos alunos do NAF - Módulo Sefin. Os temas trabalhados foram, respectivamente, IPTU, ITBI e ISS.

PROJETO ESCOLA E AÇÕES DE DISSEMINAÇÃO SOBRE EDUCAÇÃO FISCAL

Realizada em agosto/2021 a II Semana da Educação Fiscal e a Semana Municipal de Educação Fiscal, em comemorações ao Dia Municipal da Educação Fiscal, que fora instituído pela Lei nº 10.498, de 21 de junho 2016. Na oportunidade, foram publicados nos meios de comunicação da Sefin mitos e verdades sobre a educação fiscal.

70 ALUNOS E PROFESSORES CAPACITADOS NO CURSO DE EDUCAÇÃO FISCAL E CIDADANIA 

As formações sobre Educação Fiscal visam contribuir para a melhoria da compreensão acerca da Educação Fiscal, no que diz respeito à função socioeconômica do tributo e à gestão democrática dos recursos públicos, como um tema transversal, conforme preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em 2021, foi realizado, no segundo semestre, o Curso Educação Fiscal na Sala de aula: do Saber técnico ao Saber Ensinado (40h), com a participação de duas servidoras da Célula de Educação Fiscal (Ceduf) como instrutoras do Curso, na modalidade EaD, em plataforma administrada pela Escola de Governo do Município.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL

O Programa Nota Fortaleza busca a disseminação da educação fiscal por meio do estímulo à emissão da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e).

Conforme art. 1º da Instrução Normativa nº 01/2014, de 27 de março de 2014, o sistema de sorteio de prêmios, no âmbito do Programa da Nota Fortaleza, contempla o tomador de serviço, pessoa física, identificado em Nota Fiscal de Serviço Eletrônica - NFS-e, no momento da emissão desta, mediante fornecimento de seu número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF). O Programa Nota Fortaleza obteve um incremento no número de cidadãos cadastrados.

188.351
CIDADÃOS
CADASTRADOS

864
PRÊMIOS
ENTREGUES

R\$800.000
VALORES DISTRIBUIDOS
EM 2021

20.254+
NOVOS CADASTROS

76 RECLAMAÇÕES/
DENÚNCIAS REÇEBIDAS

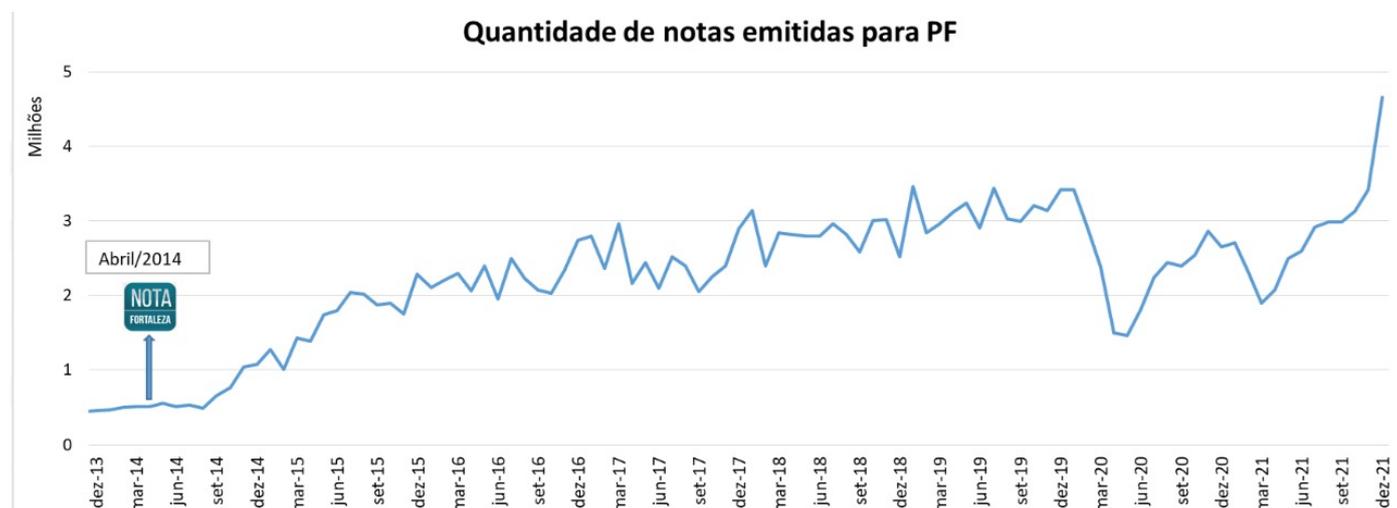
12
SORTEIOS

R\$649.080.709,75
VALOR DOS SERVIÇOS DAS NOTAS
FISCAIS PARTICIPANTES DOS SORTEIOS

1.394.279
QUANTIDADE DE NOTAS
FISCAIS PARTICIPANTES
NOS SORTEIOS

O Programa vem contribuindo para uma maior conscientização dos cidadãos sobre a existência da nota fiscal de serviços, sobre a importância socioeconômica do ISS e de seu retorno à cidade em forma de serviços prestados.

Em conjunto com outras ações implementadas pela SEFIN, o Programa Nota Fortaleza contribui com o incremento na quantidade de notas fiscais de serviços emitidas para Pessoa Física. Desde sua implantação foi observado um incremento significativo na quantidade de Notas Fiscais de Serviços emitidas para pessoa física. No início do programa (abril de 2014) a média mensal era de cerca de 600 mil notas fiscais de serviços emitidas. Atualmente, são emitidas mensalmente cerca de 2,6 Milhões de notas fiscais de serviço, o que representa um incremento de cerca de 300%.

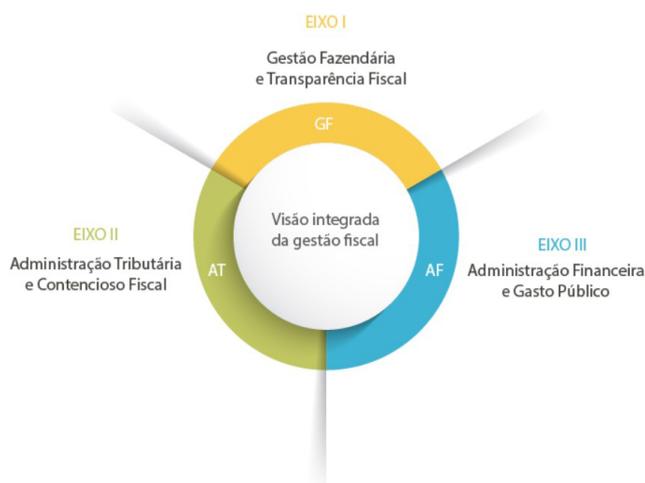


Iniciativas Complementares

Em 2021, a Sefin, colaborou em duas grandes avaliações realizadas no âmbito do Município de Fortaleza, a primeira foi a avaliação da Maturidade da Gestão Fiscal (MD-GEFIS) e a segunda foi a avaliação do Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-TR). Abaixo, apresenta-se um maior detalhamento dos objetivos, dos processos e resultados de ambas as pesquisas.

REALIZADA A AVALIAÇÃO DA MATURIDADE DA GESTÃO FISCAL - MD-GEFIS

No sentido de definir uma metodologia para realizar uma avaliação da gestão fiscal, abrangendo os aspectos relacionados à arrecadação e ao gasto público, foi desenvolvida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em colaboração com o Ministério da Fazenda (MF) e o Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), com o apoio e a colaboração da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais (ABRASF), a Metodologia para Avaliação da Maturidade da Gestão Fiscal (MD-GEFIS).



A MD-GEFIS.M tem como objetivo subsidiar o planejamento de iniciativas e projetos de modernização e estimular a adoção de procedimentos inovadores que aperfeiçoem a gestão fiscal nos municípios e a cultura de avaliação de resultados.

Organizada em três eixos: (i) Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, (ii) Administração Tributária e Contencioso Fiscal e (iii) Administração Financeira e Qualidade do Gasto Público. Cada eixo está dividido em cinco dimensões e cada dimensão inclui uma série de processos. Os processos, por sua vez, incluem diferentes números de requisitos.

No total são: 3 eixos divididos em 15 dimensões, por sua vez incluindo 121 processos que somam 916 requisitos baseados nas melhores práticas nacionais e internacionais.

O Município de Fortaleza, por meio da condução da Sefin, proporcionou a experiência piloto do BID, sendo o primeiro Município dentre as capitais em participar da avaliação do MD-GEFIS, que até então era destinada somente para entes estaduais.

A partir do relatório emitido pela equipe do BID, foram atribuídas notas que podiam chegar até a nota máxima de 6, definidas metas para acompanhar a evolução das ações de melhoria dos processos avaliados.

Para cada eixo foi definido um coordenador responsável pelos requisitos priorizados.

EIXO I: GESTÃO FAZENDÁRIA E TRANSPARÊNCIA FISCAL (GF)

O Eixo I, trata da Gestão Fazendária e Transparência Fiscal, contém dimensões que perpassam desde a análise da Governança Pública, Gestão de Pessoas, Gestão de Tecnologia da Informação, Gestão de Aquisições e Materiais e Transparência e Cidadania Fiscal.

As dimensões que obtiveram maior nota no contexto na maturidade da gestão fiscal foi a dimensão de Gestão da Transparência e Cidadania Fiscal e Governança pública.

Gráfico – Notas por dimensões para o Eixo I

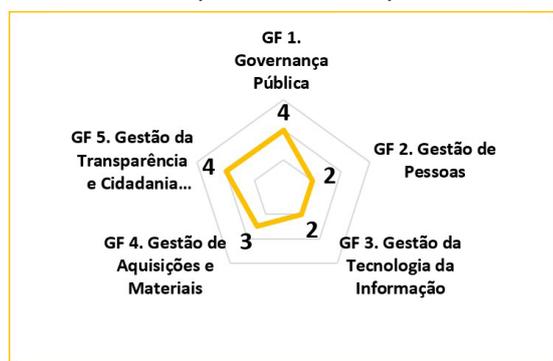
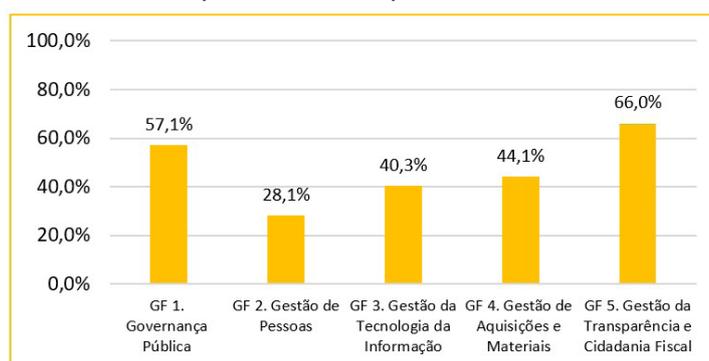


Gráfico – Notas por dimensões para o Eixo I



EIXO II: ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E CONTENCIOSO FISCAL (AT)

O Eixo II, trata da Administração Tributária e Contencioso Fiscal, contém dimensões que perpassam desde a análise das Políticas e Gasto Tributário, Cadastro e Obrigação Tributária, Fiscalização e Inteligência Fiscal, Cobrança e Contencioso Fiscal e Serviços ao Contribuinte.

As dimensões que obtiveram maiores notas foram Cadastro e Obrigação Tributária e Contencioso Fiscal.

Gráfico – Notas por dimensões para o Eixo II

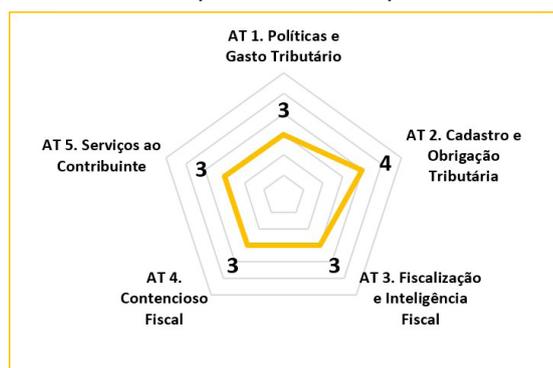
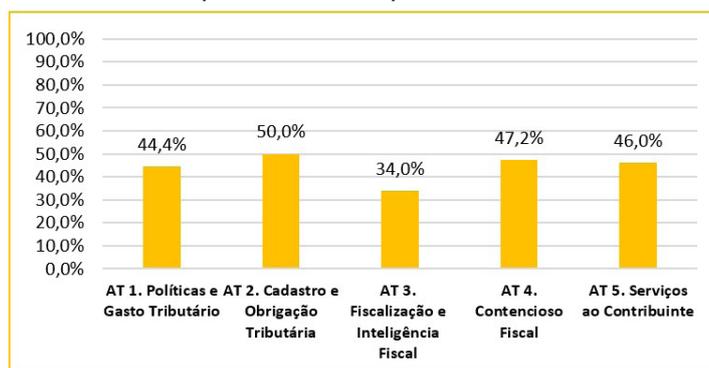


Gráfico – Notas por dimensões para o Eixo II



EIXO III: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E GASTO PÚBLICO (AF)

O Eixo III, trata da Administração Financeira e Gasto Público, contém dimensões que perpassam desde a análise do Planejamento e Execução Orçamentária, Políticas, Programação e Execução Financeira, Gestão de Ativos e Passivos, Gestão Contábil, Gestão de Custos e do Gasto Público.

As dimensões que obtiveram maiores notas no respectivo eixo foram as que perpassam por processos que envolvem Políticas, Programação e Execução Financeira e Gestão Contábil.

Gráfico – Notas por dimensões para o Eixo III

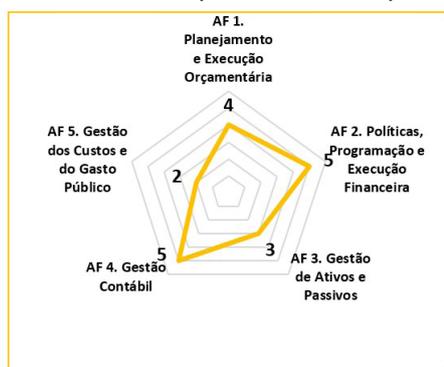
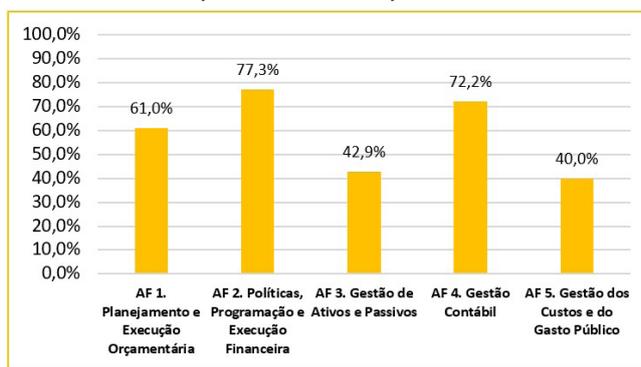


Gráfico – Notas por dimensões para o Eixo III



De acordo com a avaliação da equipe do BID, foram identificados pontos positivos no contexto da análise institucional, tais como:

Continuidade de iniciativas exitosas ao longo dos últimos governos, equipe comprometida na busca de oportunidades de melhoria;

Projetos estratégicos sendo monitorados;

Efetiva atuação do Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal de Fortaleza (COGERFFOR), que proporciona integração entre as áreas estratégicas do governo.

Em cada eixo foram também trabalhados pontos positivos e de atenção, bem como, foram elencadas oportunidades de melhoria que auxiliarão anualmente na qualificação dos processos contidos nos respectivos eixos.

A seguir, os destaques positivos por Eixos, levantados com a avaliação do MD-GEFIS.

EIXO I - DESTAQUES POSITIVOS

Sistema de governança da gestão fiscal em funcionamento.

Planejamento estratégico da gestão fiscal, com definição de objetivos, projetos, responsáveis, prazos e indicadores de desempenho.

Sistemática de monitoramento e avaliação do planejamento suportada por sistema informatizado.

Utiliza boletins semanais e Podcast para divulgação de notícias de projetos e resultados.

Gestão de projetos e processos com responsáveis e metodologias padronizadas.

Gestão de Riscos com política e metodologia definidas.

Dispõe de planejamento de Gestão de Pessoas no âmbito municipal.

Dispõe de plano de qualidade de vida do servidor.

Dispõe de PDTI que contempla indicadores e metas para a TI.

Projetos de TI são monitorados por meio de indicadores.

Dispõe de política de segurança das informações e avalia sua implantação.

Dispõe de Comitê para governança das compras.

Dispõe de sistema informatizado e utiliza QRCode no controle dos materiais permanentes.

Efetua aquisição centralizada de itens comuns de consumo.

Disponibiliza as informações obrigatórias, atualizadas e com fonte única de procedência e responsabilidade.

Publica relatório analítico do balanço e informações sobre os resultados do PPA.

Dispõe de procedimentos voltados para o estímulo ao controle e à participação social.

Ouvidoria dispõe de procedimentos e fluxos padronizados e realiza avaliação com emissão de relatórios.

Sólido programa de incentivo à emissão de Documentos fiscais.

EIXO II - DESTAQUES POSITIVOS

Dispõe de metodologia para estimativa de arrecadação dos tributos e seu monitoramento.

Consulta sobre interpretação fácil, gratuita, bem fundamentada e atende aos prazos estabelecidos.

Altera as normas com base no volume de consulta de temas específicos.

Integração com a REDESIM.

Dispõe de sistema que apresenta as informações georreferenciadas do cadastro imobiliário – CITFOR.

Participação de piloto da Receita, com as integrações de informações sobre as transferências imobiliárias.

Utiliza base de dados especializada dos cartórios, para identificação de transações não declaradas de bens imóveis.

Solução de auto atendimento para atualização dos dados cadastrais do IPTU.

Processo de restituição e compensação totalmente eletrônico, desde a solicitação até o crédito em conta corrente.

Utiliza processo padronizado e ferramenta automatizada para execução da ação fiscal.

Dispõe de malhas fiscais para identificação de irregularidades no ISS.

Verifica a exatidão das informações fornecidas ao fisco para apuração e pagamento do ITBI.

Monitoramento de operações e enquadramento do Simples Nacional.

Malha - Permite regularização online, via pagamento, e recebe eletronicamente justificativas.

Estrutura organizacional responsável pela gestão da cobrança e recuperação do crédito.

Prioriza dívidas recentes no processo de cobrança.

Utiliza régua de cobrança, monitora e avalia os resultados obtidos.

Parcelamento está disponível na Internet e os controles de adimplência e cobrança estão automatizados.

Balcão virtual de atendimento da dívida ativa.

PGM elabora pareceres e orienta ação da fiscalização.

Direcionamento estratégico alinhado com a diretriz de atendimento virtual, visando melhoria contínua.

Dispõe de sistema especializado para gestão do atendimento presencial que trabalha com análise das demandas, filas e com indicadores – CFILA.

Dispõe de acordos de cooperação com outros órgãos para atendimento descentralizado.

Dispõe de portal único de serviços com cobertura integral ao processo do ITBI.

EIXO III - DESTAQUES POSITIVOS

Dispõe do Plano de equilíbrio fiscal de Fortaleza, que direciona a organização para sustentabilidade fiscal e o objetivo de alcançar CAPAG B.

O Plano Plurianual (PPA) é elaborado a partir de diagnósticos e cenários macroeconômicos fiscais.

A formulação do PPA é efetuada com participação popular.

O PPA, LDO e LOA estão integrados por sistema que possibilita adequações.

O COGERFFOR estabelece as diretrizes para a execução orçamentária e financeira do Município.

Dispõe de painel e relatório de indicadores fiscais, que subsidiam análise e avaliação da COGERFFOR.

O planejamento da execução financeira é centralizado e controlado mediante liberação de cotas.

Dispõe de efetivo controle das receitas de transferências.

Responsabiliza o gestor pelos encargos gerados pelo atraso.

Elabora cenários de sustentabilidade da dívida.

Dispõe de mecanismos estruturados de gestão de imóveis.

Experiências na realização de Operações Urbanas Consorciadas - OUC (Lagoa Papicu e Jockey Clube).

Monitora os arrestandos de contas e os saques de depósitos judiciais.

O registro contábil é automatizado e centralizado na Secretaria da Fazenda.

O sistema de patrimônio está integrado ao contábil, com registro atualizado dos valores dos bens imóveis.

Sistema financeiro é utilizado por toda a Administração Direta e Indireta.

Sistema financeiro/contábil dispõe de validação por tipo de evento.

As movimentações da dívida ativa estão espelhadas.

Plano de Equilíbrio e PPA estabelecem diretriz de sustentabilidade fiscal e compromisso com o gasto público.

Iniciativa de avaliação de políticas públicas em parceria com órgãos independentes.

Iniciativas de racionalização de gastos.

PARTICIPAÇÃO E APOIO NO GRUPO DE TRABALHO DA AVALIAÇÃO DO MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO (MEG-TR)

O Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União (MEG-Tr) é formado por padrões de referência para a gestão organizacional constituídos pela integração e compilação de boas práticas de gestão, visando ao aprimoramento organizacional, ao aperfeiçoamento dos fluxos e práticas, à maximização dos níveis de eficiência e efetividade e ao aumento da capacidade de geração de valor.

A Sefin participou apoiando o grupo de trabalho do MEG-TR, coordenado pela Secretaria do Planejamento, Orçamento e Gestão (Sepog), que teve como papel de atuação viabilizar o levantamento das evidências das Secretarias Municipais que atendessem os critérios de avaliação e pontuação dos fundamentos classificados, são eles: Governança, Estratégias e Planos, compromisso com as partes interessadas, sustentabilidade, capital intelectual, orientação por processos e geração de valor público.

A pontuação provisória que a Prefeitura alcançou foi de 96,52%, uma pontuação na avaliação dos critérios como excelente. Desta forma, a priorização, a sistematização e a implementação das ações de melhoria da gestão e dos processos gerenciais estabeleceram as bases para a consolidação de uma cultura de excelência da gestão no Município.

Os resultados apresentados refletiram uma elevação da satisfação com a prestação dos serviços, em decorrência do atendimento às necessidades e expectativas das partes interessadas.

Este resultado ainda está condicionada à avaliação dos técnicos do Ministério da Economia, para posterior emissão do relatório final.

Orçamento 2021 - Grandes Números

UNIDADE FIDAF

R\$36.594.090,00
DOTAÇÃO

R\$23.909.030,96
EMPENHADO

65,34%

UNIDADE RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SEFIN

R\$420.553.768,00
DOTAÇÃO

R\$409.621.272,34
EMPENHADO

97,40%

UNIDADE SEFIN

R\$100.590.636,00
DOTAÇÃO

R\$91.891.586,55
EMPENHADO

91,35%

Iniciativas para 2022

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- Modernizar a Gestão da Fiscalização Tributária (GEFIT);
- Estruturar e implantar a gestão da tributação do ISSQN da Construção Civil;
- Implementar as alterações do Código Tributário Municipal (CTM), nos sistemas internos e procedimentos;
- Ampliar o modelo de cobrança de tributos para outros canais;
- Automatizar os processos de restituição e compensação;
- Ampliar o atendimento do Guichê Virtual;
- Estruturar as ações para a implantar uma nova Planta Genérica de Valores Imobiliários (PGVI) do Município;
- Estruturar novos meios de pagamentos de tributos, tais como: PIX, cartão de débito e cartão de crédito - com possibilidade de parcelamento;
- Implantar o Domicílio Fiscal para os contribuintes do IPTU;
- Sanear a base cadastral do IPTU a partir das informações recebidas dos cartórios (Proprietário Não-Identificado - PNI);
- Modernizar a emissão de Certidões de Tributos;
- Executar o projeto de Recadastramento Imobiliário de Fortaleza (RECADFOR).

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO – CAT

- Estruturar nova Sede para o Contencioso Administrativo Tributário;
- Concluir a Automatização do Processo Administrativo Tributário (PAT);
- Implementar o Regulamento da Lei do Contencioso Administrativo Tributário;
- Elaborar o Regimento Interno do Contencioso Administrativo Tributário;
- Implementar a possibilidade de realização de sessões virtuais no âmbito das Câmaras de Julgamento e do Conselho Pleno.

ADMINISTRATIVO FINANCEIRA

- Realizar o Concurso Público da SEFIN.

TESOURO MUNICIPAL

- Implantar os novos recursos no Sistema Integrado de Gestão de Operações de Crédito (SIGOC) no GRPFOR FC, para que seja feito o gerenciamento financeiro de todas as operações de crédito do Município de Fortaleza em fase de execução;
- Migrar o Sistema Integrado de Gestão do Endividamento Municipal (SIGEM) para o GRPFOR-FC, com o desenvolvimento de funcionalidades que permitam:

Gerar análise de risco do endividamento municipal e a evolução da Dívida Pública;

Emitir relatório e gráficos com os limites e indicadores que demonstram como está a situação do Município para aquisição de novos financiamentos;

Elaborar relatórios e gráficos descritivos de convênios e contratos de repasse, bem como, os impactos financeiros para o Município;

Elaborar relatórios e gráficos que possam espelhar a excursão/aplicação dos recursos destinados a programas específicos;

Promover maior automatização das informações no SIGEM, tais como: captar do valor do dólar no site do BCB; captar dos lançamentos feitos no movimento vinculado com os empenhos realizados; e, gerar informações das operações de créditos para lançamento no Cadastro da Dívida Pública (CDP-SADIPEM) e no Registro Declaratório Eletrônico/Registro de Operações Financeiras (RDE-ROF) no SISBACEN WEB;

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL

- Realizar as ações do Programa de Educação Fiscal do Município de Fortaleza: sorteios mensais de prêmios do Programa Nota Fortaleza, Projeto Escola, 14ª Edição do Prêmio SEFIN de Finanças Públicas Municipais, apoio aos Núcleos de Atendimento Contábil Fiscal (NAF) e Cursos de Educação Fiscal e Cidadania.

- Realizar a alocação dos custos de cada unidade orçamentária da Prefeitura, com o intuito de gerar informações para decisões governamentais;

- Implantar Sistema de Custos que permitirá avaliar e acompanhar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial, gerando condições para uma melhor qualidade no gasto público;

- Realizar as atividades anuais para atendimento ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais. Em atendimento ao cronograma estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com o intuito de aprimorar a qualidade da informação contábil e a transparência das ações do município.



Fortaleza
PREFEITURA

Finanças